



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2021



PUC-SP



UNIFAI
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO SÃO PAULO

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor. A partir do ano de 2019 passou a atuar também na manutenção do Centro Universitário Assunção, com o mesmo zelo e rigor aplicados à PUC-SP.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o trinômio do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e a UNIFAI estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e proatividade.

O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e UNIFAI devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

Pandemia mundial (Covid-19)

O ano de 2020 e 2021 foram atípicos e recheados de dificuldades e restrições de toda ordem. Porém, a Fundação reconhece que foi também uma oportunidade de muito aprendizado, exercício da empatia e da solidariedade.

Nesse contexto, a Fundação São Paulo (FUNDASP), mantenedora da PUC/SP e do UNIFAI procurou se reinventar, reforçando sua vocação assistencial e filantrópica, mas, acima de tudo, procurou fazer a diferença num cenário povoado de incertezas que a pandemia trouxe a tantas famílias.

Assim, mantendo seu compromisso junto à comunidade universitária a FUNDASP investiu ao longo do ano de 2021 o valor de R\$19.062.072 em projetos e ações sociais e R\$66.869.467 em bolsas de estudo (ProUni, FUNDASP, Mérito Acadêmico e DERDÍC).

Com a suspensão das aulas, o fechamento dos seus Campi, e por conseguinte dos restaurantes universitários, a FUNDASP atenta ao prejuízo que a falta dessa alimentação diária poderia causar aos alunos bolsistas, instituiu um programa emergencial que forneceu e entregou gratuitamente cestas básicas e bolsa alimentação para 953 alunos mensalmente, nas quais foram investidos um total de R\$1.348.219.

Além disso, para viabilizar a manutenção do ensino remoto, foi criado um "programa para empréstimo de computadores", bem como a "concessão de pacote de dados" para acesso à internet aos estudantes bolsistas, possibilitando a realização de seus cursos de forma remota. Nesse programa, a FUNDASP investiu R\$804.251 para a locação de equipamentos, que foram emprestados a 240 estudantes, e R\$48.155 na compra de pacotes de dados para acesso à internet.

Nas atividades de saúde desempenhadas no Hospital Santa Lucinda ao longo de 2021, não é demais lembrar que 86,9% dos atendimentos realizados foram destinados a pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, percentual esse bem acima do que a lei determina a uma Instituição Filantrópica. Isso reforça o importante papel do hospital escola, como referência para a cidade de Sorocaba e região. O HSL faz parte da rede de atendimento a pacientes COVID.

É essencial reconhecer que por trás dos números e dos valores aqui trazidos, existem vidas. Vidas que merecem amparo, que merecem atenção e oportunidades. Em cada uma dessas ações concretizadas fica evidente o laço que se forma entre a Instituição, seus alunos e seus colaboradores e que o cumprimento do papel social da Instituição vai muito além dos limites legais estabelecidos. Porque para fazer filantropia é necessário, dia a dia, se colocar no lugar do outro, experimentando suas dores, validando suas dificuldades e valorizando seus esforços.

A Fundação São Paulo segue, assim, com alegria e determinação, cumprindo a sua (a nossa!) Missão, que nesse momento se mostra mais do que institucional, mas também humanitária!

No ano de 2021, a FUNDASP efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

a) Sede FUNDASP:

Projeto, planejamento e coordenação de obra para o novo setor IRO; Adequação e separação de áreas entre Contabilidade e Controladoria; Projeto, planejamento e coordenação da obra de revitalização do apartamento sito à Avenida São João; Confecção de armário de arquivo para DRH (sala de reuniões Intermediário); Pintura do estar da Recepção para instalação de quadro em homenagem ao Cardeal Mota; Estudo de comunicação visual para fachada FUNDASP a fim de encobrirmos interferências de infraestrutura existentes; Acompanhamento de empresas e avaliação de orçamentos para implantação do retrofit da fachada Fundasp (ACM pórticos); Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas; Obra Metrô: acompanhamento das vistorias cautelar nos imóveis FUNDASP lindeiros à obra em curso; Obra Metrô: verificação técnica e acompanhamento da instalação dos marcos de monitoramento da estrutura Sede FUNDASP; Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros.

b) Campus Monte Alegre da PUC-SP:

Adequações físicas de segurança à COVID-19 conforme Protocolo Sírio Libanês para atividades presenciais: projeto, planejamento, solicitação de compras e implantação de infraestrutura para atividades acadêmicas presenciais, aulas híbridas, incluindo infra para passagem de cabeios necessários da DTI, adequações necessárias e implantação de totens de controle de temperatura e álcool gel, sinalizações, adequações de salas de aula, corredores, elevadores e acessos; Projeto, planejamento, solicitação de compras e implantação de infraestrutura para retorno das equipes administrativas dentro do campus Monte Alegre; Coordenação do processo junto ao CONPRESP de recuperação do Edifício Cardeal Motta; Acompanhamento e elaboração de relatórios de vistorias de entregas dos cessionários que rescindiram contrato com a FUNDASP nas lanchonetes do campus; Pintura e reformulação da comunicação visual dos corredores do ERBM; Confecção de portas para salas de aula do ERBM; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas. Obra Metrô: acompanhamento da vistoria cautelar no campus Monte Alegre; Estudo de comunicação visual para ERBM; Escritório Modelo e Juizado Especial Cível - JEC: Elaboração de ações para correção de queda de parte do beiral do JEC e apresentação de propostas de correção; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; Contratação e acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE); Contratação de empresa terceira para realizar as manutenções mensais nos grupos geradores; Reforma do sistema de iluminação da prainha, interligação com o sistema de emergência do grupo gerador; Reforma e limpeza da torre de água do sistema de climatização da biblioteca Nadir Gouvêa Kfoury; Limpeza nos dutos de ar condicionado dos sistemas de climatização da Biblioteca, Laboratório de rádio e vídeo, laboratório de psicologia experimental, TUCA, LAEL; Reforma do sistema hidráulico do elevador principal do TUCA; Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores.

c) Campus Marquês de Paranaguá:

Adequações físicas de segurança à COVID-19 conforme Protocolo Sírio Libanês para atividades presenciais: projeto, planejamento, solicitação de compras e implantação de infraestrutura para atividades acadêmicas presenciais, aulas híbridas, incluindo infra para passagem de cabeios necessários da DTI, adequações necessárias e implantação de totens de controle de temperatura e álcool gel, sinalizações, adequações de salas de aula, corredores, elevadores e acessos; Reforma e implantação de Novo ambulatório; Reforma e substituição de ladrilhos podotáteis da calçada da Caio Prado; Instalação de novos toldos no térreo do Prédio 04; Remoção de árvore Sibipiruna no estacionamento do Prédio 04; Substituição de refletores na portaria e próximos à calçada da Rua Marquês de Paranaguá; Substituições de refletores na portaria e próximos à calçada da Rua Caio Prado; Adequações dos setores administrativos para retorno presencial conforme protocolos de segurança Covid-19; Pintura externa do auditório principal; Pintura de canteiros dos jardins externos; Reparos no piso da calçada e tampas de canaletas de água da Rua Caio Prado; Plantio de grama nos canteiros da Rua Caio Prado; Retrofit da fachada do campus no acesso pela Rua Marquês de Paranaguá incluindo: recuperação do muro externo, pintura do muro e dos elementos vazados, pintura da portaria e cabine primária, instalação de novas luminárias de piso, instalação de novo logo, novo paisagismo; Pintura das marquises externas; Fechamento de corredor entre campus Marquês e Prédio 04; Pintura de salas de aula do Prédio 03 (em andamento); Reforma de saída de água pluvial e revisão de grelhas e calhas; Substituição de numerais da portaria Marquês e Caio Prado; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas. Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; Instalação de refletores nas fachadas das ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá - Campus Consolação.

d) COGEAE:

Adequação dos setores administrativos para retorno presencial conforme protocolos de segurança; Reforma de nova Copa (em andamento); Substituição de numerais do prédio; Substituição de plantas dos vasos do hall de acesso do prédio; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas.

e) Núcleo de Cobranças e Vestibular:

Reforma de ampliação do Núcleo de Conciliação e Cobranças; Reforma das instalações elétricas e substituição dos climatizadores no Núcleo de Cobranças; Transferência de sala de montagem de provas do Vestibular; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas.

f) Campus Ipiranga:

Adequações físicas de segurança à COVID-19 conforme Protocolo Sírio Libanês para atividades presenciais: projeto, planejamento, solicitação de compras e implantação de infraestrutura para atividades acadêmicas presenciais, aulas híbridas, incluindo infra para passagem de cabeios necessários da DTI, adequações necessárias e implantação de totens de controle de temperatura e álcool gel, sinalizações, adequações de salas de aula, corredores, elevadores e acessos; Manutenção do portão da Casa Paroquial; Adequações dos setores administrativos para retorno presencial conforme protocolos de segurança Covid; Revisão e conserto de vazamentos de água no campus; Reparo do piso do corredor externo; Pintura da mureta externa; Infraestrutura para instalação de novas câmeras de segurança nas áreas externas do campus; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; Contratação e acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE) - Geral; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas; Reforma do disjuntor de média tensão da Subestação de Energia Elétrica - substituição do motor da mola de carregamento - Campus Ipiranga; Vistoria junto a Mitra para a reforma das instalações elétricas, referente ao AVCB - Campus Ipiranga.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

g) Campus Vila Mariana:

Adequações físicas de segurança à COVID-19 conforme Protocolo Sírio Libanês para atividades presenciais: projeto, planejamento, solicitação de compras e implantação de infraestrutura para atividades acadêmicas presenciais, aulas híbridas, incluindo infra para passagem de cabeamentos necessários da DTI, adequações necessárias e implantação de totens de controle de temperatura e álcool gel, sinalizações, adequações de salas de aula, corredores, elevadores e acessos; Reparo na fachada interna do Bloco 1; Reforma na fachada interna do Bloco 3; Troca dos elementos filtrantes e da bomba do poço artesiano; Adequações para atendimento do protocolo COVID-19; Substituição dos 4 mastros e bandeiras da fachada no bloco 2; Substituição dos Refletores de LED da fachada voltada para a rua Afonso Celso; Reparo no piso da sala 101 do bloco 2; Infraestrutura de lógica para instalação dos equipamentos de tecnologia para atividades acadêmicas presenciais; Controle de acesso por chave das salas preparadas para o retorno híbrido; Vistoria e manutenção em poltronas do auditório Maria Rosa Mística; Aquisição de cadeiras para palestrantes do auditório Maria Rosa Mística; Acompanhamento e vistoria de entrega das cantinas; Acompanhamento e vistoria de entrega da xerox; Repintura e manutenção em quadra poliesportiva; Rotina geral de manutenção das instalações elétricas e sistemas de climatização; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas; Aquisição e instalação de nova bomba de recalque do bloco 1; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; Vistoria e instalação de nova infraestrutura para a instalação elétrica do 5º andar do bloco 4; Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; Instalação de novos circuitos de distribuição elétrica da biblioteca - Campus Vila Mariana.

h) FCMS - Campus Sorocaba:

Troca do piso e manutenção na sala da professora Eliana Duek do laboratório de Biomateriais; Manutenção na sala 311 do Laboratório de Parasitologia no 3º andar; Manutenção no Laboratório de Informática; Manutenção da sala 120 - sala de reuniões; Pintura da escadaria central; Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; Manutenção geral nos sistemas de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas.

i) Hospital Santa Lucinda:

Projeto e planejamento para a implantação do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce dos Pobres; Projeto e acompanhamento da aprovação da Vigilância Sanitária do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce dos Pobres; Coordenação para desenvolvimento de nova comunicação visual para a fachada, totem e antiga área de laboratório de diagnósticos; Manutenção preventiva na cabine primária; Manutenção preventiva no Grupo Gerador; Acompanhamento no abastecimento do pátio de gases (tanque de oxigênio líquido); Acompanhamento no abastecimento no Módulo de Ar Comprimido; Acompanhamento no abastecimento dos Cilindros de Gases Medicinais; Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores e monta carga; Manutenção nos sistemas de climatização que atendem ao hospital; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas; Limpeza e emissão de laudo de potabilidade das caixas d'água semestralmente; Projeto de distribuição elétrica das salas de parto do HSL - Sorocaba; Projeto de climatização da UTI do HSL - Sorocaba.

j) DERDIC:

Reforma em porta pantográfica de segurança; Manutenção em arquivos deslizantes de prontuários; Reforma com mudança de uso para sala de integração senso motora; Manutenção periódica do sistema de climatização; Manutenção civil, elétrica, hidráulica; Manutenção nas áreas ajardinadas; Elaboração de projeto para reforma de banheiros do IESP (ADPI); Reforma de trincas em alvenarias e pisos da unidade passeios externos; Controle vegetativo das áreas permeáveis da unidade; Estudo de projeto para revitalização da fachada voltada para a avenida Ascendino Reis; Repintura dos muros de divisa interna da unidade; Repintura do IESP; Reforma do piso do espaço lúdico; Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; Reforma das instalações elétricas da sala de apoio ao ginásio poliesportivo.

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e a UNIFAI, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

OBJETO SOCIAL E MISSÃO

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a manutenção do Centro Universitário Assunção - UNIFAI. O Centro Universitário Assunção está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no UNIFAI, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o

aperfeiçoamento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários. A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

GOVERNANÇA, ESTRUTURA, DESEMPENHO E ATUAÇÃO:

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa a Fundação São Paulo vem implementando ações de monitoramento e incentivos, que envolvem as relações entre a Fundação e seus pares. Dentro dessa perspectiva foram concebidas:

• Código de Ética e Conduta:

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o setor de integridade. Em setembro de 2019 foi publicado o programa de integridade da Fundação, <https://www5.pucsp.br/fundasp/publicacoes/arquivos/2019/programa-integridade-fundasp.pdf>

• Lei de Proteção de dados:

A Lei Federal nº 13.709/2018, sancionada em 2018, tem como objetivo, proteger os dados pessoais para garantir a liberdade, segurança e justiça de cada indivíduo.

A Alta Administração da Fundação São Paulo, com o compromisso de garantir a proteção dos dados pessoais de seus colaboradores, alunos, pacientes e parceiros, está investindo em tecnologia e em pessoas, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de todos. Foi constituída uma Comissão para tratar das adequações necessárias e seus reflexos. Além disso, em atenção à determinação legal, a Instituição designou um encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A referida Comissão é formada pelo Encarregado (DPO) e por gestores de áreas estratégicas da Instituição (Integridade, Divisão de Recursos Humanos e Divisão de Tecnologia da Informação). A Fundação com o intuito de disseminar a informação para seu público, disponibilizou em seu site cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados: <https://www5.pucsp.br/fundasp/protecao-de-dados/CARTILHA-LGPD-WEB-r4-22092020.pdf>

• Política anticorrupção:

A Fundação São Paulo está comprometida em conduzir as atividades em estrito cumprimento da legislação aplicável, incluindo legislações anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira ("Lei Anticorrupção") e o Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção, assim como demais normas que regem o relacionamento com a Administração Pública. A Fundação São Paulo, em todas as suas áreas de atuação, não tolera práticas de fraude, corrupção ou atos lesivos de qualquer natureza. Nesse sentido, vem tratando a temática relacionada ao Programa de Integridade com seriedade e comprometimento, promovendo e fiscalizando o cumprimento das normas no desenvolvimento das atividades, com foco em condutas éticas e morais, bem como nos princípios de integridade, honestidade e responsabilidade.

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, premissas e compromissos para orientação do relacionamento da Fundação São Paulo e suas mantidas ou unidades suplementares, com representantes, em qualquer esfera, de entes públicos e/ou entes privados, nacionais e/ou estrangeiros, sendo dirigida e aplicada a todos os técnicos administrativos, docentes, profissionais da área de saúde, terceirizados, consultores, temporários, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, doravante denominados em conjunto de "Colaboradores", incluída a Alta Administração, bem como todos aqueles que mantenham vínculo com a Fundação São Paulo.

"... a Fundação São Paulo compromete-se a exigir a inclusão de cláusula anticorrupção e lavagem de dinheiro em todas as suas contratações...". Em 2019 publicou em seu site a política anticorrupção da Fundação São Paulo: <https://www5.pucsp.br/fundasp/publicacoes/arquivos/2019/politica-anticorrupcao-fundasp.pdf>

• Política de apuração de conformidade:

O procedimento de Apuração de Conformidade tem como objetivo viabilizar o exame da conformidade de atividades e condutas correspondentes, promover a averiguação de relatos, possibilitar a análise de possíveis violações às normas internas e legislação aplicável, assim como avaliar os riscos aos quais a Fundação São Paulo está exposta, para que seja possível mitigá-los.

As apurações irão contribuir com as atividades de monitoramento, remediação, prevenção e para coibir as condutas que não estejam em conformidade com normas e procedimentos, que possam levar a sanções legais e/ou regulamentares, ou, ainda, a perdas financeiras e danos reputacionais e/ou de imagem, resultando em risco de comprometimento da integridade da Fundação São Paulo. O Procedimento de Apuração de Conformidade Fundação São Paulo está publicada em seu site: https://www5.pucsp.br/fundasp/downloads/POLITICA-INSTITUCIONAL_08112019_121248.pdf



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. MANTIDAS:

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e UNIFAI, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2021, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 18.097 alunos PUC-SP e 845 alunos do UNIFAI, totalizando 18.942 alunos, conforme descrito abaixo:

	PUC-SP	UNIFAI	CONSOLIDADO
Alunos de graduação	10.925	628	11.553
Alunos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>)	2.985	-	2.985
Alunos de especialização (<i>lato sensu</i>)	1.638	209	1.847
Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento	2.549	8	2.557
Total	18.097	845	18.942

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

	PUC-SP(12-2021)	UNIFAI (12-2021)	CONSOLIDADO
Docentes	1.174	62	1.236
Administrativos	842	38	880
Técnicos (Hospital Santa Lucinda)	483	-	483
DERDIC - Administrativos	66	-	66
DERDIC - Docentes	42	-	42
Total	2.607	100	2.707

√ PUC-SP: seu corpo docente conta com 94,7% de mestres(as) e doutores(as);

√ UNIFAI: seu corpo docente conta com 93,5% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2021, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

	PUC-SP(12-2021)	UNIFAI (12-2021)	CONSOLIDADO
Livre-docentes	76	-	76
Doutores(as)	816	28	844
Mestres(as)	220	30	250
Especialistas	52	4	56
Graduados(as)	10	-	10
Total	1.174	62	1.236

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2021 com 1.429 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

Quadro Administrativo por Escolaridade/Titulação (funcionários ativos)						
	PUC-SP				UNIFAI	CONSOLIDADO
	ADM.	HSL TÉCNICOS	DERDIC ADM.	TOTAL	ADM.	TOTAL
Fundamental Incompleto	24	3	3	30	4	34
Fundamental Completo	23	12	2	37	1	38
Ensino Médio	265	346	16	627	13	640
Ensino Superior	368	67	23	458	17	475
Especialização	122	51	13	186	3	189
Mestrado	35	4	8	47	-	47
Doutorado	5	-	1	6	-	6
Total	842	483	66	1391	38	1.429

2.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O novo estatuto da PUC-SP foi aprovado pelo Conselho Superior da FUNDASP em 08 de março de 2019 e pela Congregação Para Educação Católica - Vaticano, em 29 de março de 2019 e a publicação ocorreu em 24 de abril de 2019.

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis *campi*, unidades suplementares - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP -, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias.

São cinco *campi* na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação *stricto sensu* da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu*, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2021, foram defendidas 603 dissertações de mestrado acadêmico, 72 de mestrado profissional e 284 teses de doutorado. Foram também apresentadas 817 monografias de especialização. Em dezembro de 2021 a PUC-SP atingiu o número de 33.323 dissertações e teses defendidas desde a criação de seus programas em 1969.

Todas as condições somadas - missão, histórico, negociações e ações encaminhadas - permitiram que a PUC-SP obtivesse destaques nos principais rankings universitários, que têm influenciado a percepção sobre as Universidades no ensino, na pesquisa e na internacionalização. Em 2021, a PUC-SP teve 30 cursos de graduação estreitados no Guia da Faculdade 2021. Divulgado em outubro, o Guia da Faculdade colocou a PUC-SP na primeira posição entre as universidades privadas do Brasil, dividindo a posição com a PUC-RS. Como recebeu a nota máxima em sete cursos, se destacou entre as universidades privadas, obtendo o maior índice de cursos com 5 estrelas (23%). A publicação é feita em parceria pelo jornal O Estado de S. Paulo e a Quero Educação. No Ranking internacional, elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS), em sua mais recente divulgação, o Ranking das Universidades 2021-2022 colocou a PUC-SP entre as 10 melhores instituições brasileiras, considerando públicas e privadas. Ao todo, a consultoria analisou 1.300 universidades do mundo todo.

Vocacionada a expandir a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolve programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. A Universidade mantém convênios em todas as regiões do mundo: são 140 instituições, muitas delas renomadas, em 38 países. Conta com parceiras de dupla diplomação de graduação e pós-graduação, de mestrado e doutorado, promove intercâmbio de estudantes e mantém programas para a promoção de núcleos de pesquisa. Em 2021, foram firmados quatro novos convênios, sendo eles: Instituto Arte no Dique, na cidade de Santos, projeto em parceria com a FAFICLA; Secretaria de Estado da Educação/ERESP; Éstiam - ÉSTIAM - école d'informatique et du numérique, França e University of Staffordshire, no Reino Unido. Destaca-se ainda, a consolidação do Consórcio de Universidades Católicas (CCU), liderado pela Universidade de Notre Dame, e que congrega 9 IES ao redor do mundo. Quatro docentes da PUC-SP foram selecionados para construir uma proposta institucional dentro do CCU, o que permitirá o fortalecimento de uma importante agenda em torno do tema da sustentabilidade para o próximo ciclo. A PUC-SP, por meio de seus diversos cursos, núcleos e atividades alocados em suas dez faculdades, propicia aos que a procuram a qualidade e a capacidade de atender às mais diversas vocações pautadas pela formação e qualificação profissional, humana e social. A Universidade hoje é composta pelas seguintes unidades acadêmicas: Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais; Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde; Faculdade de Educação; Faculdade de Direito; Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia; Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde; Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes; Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Teologia e a Faculdade de Estudos Interdisciplinares.

2.2. Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda (HSL) caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, 48 municípios utilizam o HSL, totalizando mais de 2,5 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionado à rede de Sistema Único de Saúde (SUS). Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, ortopedia, cirurgia do aparelho digestivo, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, seguido pelas áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), urologia, ginecologia, vascular, plástica e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnósticos fonoaudiológicos.

Como hospital de ensino, o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência;
- Ensino;
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia;
- Gestão.

Em 2021, 60% dos pacientes atendidos pelo HSL corresponderam aos pacientes SUS e 40% pacientes não SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

HSL em números:	12-2021	12-2020
Número de consultas ambulatoriais	45.982	35.037
Número de internações	10.593	8.601
Número de cirurgias	5.445	4.406
Número de partos	3.329	3.243
Número de exames laboratoriais	62.862	78.529
Número de exames complementares e de imagem	15.917	19.095

Desses atendimentos, mais de 79,60% foram realizados através do SUS, privilegiando a população carente da região.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Hospital possui 120 leitos operacionais (incluindo as UTIs), e neste exercício obteve 67,13% de taxa de ocupação geral, sendo a taxa de ocupação SUS de 86,93% (ocupação de leitos exclusivos SUS).

O programa de reestruturação dos hospitais de ensino representa, sem dúvida, um vigoroso indutor na qualificação desses hospitais. No Estado de São Paulo, aproximadamente 50 hospitais possuem essa qualificação, sendo o HSL credenciado como hospital de ensino desde 2005. Sua certificação é validada a cada dois anos e envolve visita de representantes do MS e do MEC, que analisam profundamente o cumprimento das exigências.

O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratualizado com o município desde dezembro de 2013. O convênio foi renovado com o SUS em abril de 2017, mantendo seu objetivo, que é "Promover a inserção articulada e integral do HSL na rede de serviços do Sistema Único de Saúde, definir seu perfil assistencial e papel institucional, respeitando as necessidades da população e as diretrizes do SUS, norteadas pelo POA, o qual detalhará as ações e serviços, ou seja, metas quanti-qualitativas".

No ano de 2019 realizamos a primeira discussão do reequilíbrio econômico financeiro do convênio (contratualização), ocasião em que demonstramos ao gestor municipal o déficit causado pelo SUS, especialmente pela área materno-infantil. Nesse período (abril/2019) ajustamos o convênio em que o gestor atendeu parcialmente ao nosso pedido, com o compromisso de que nos próximos anos o valor novamente sofresse correção.

Em 2021, o HSL também se manteve no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, permitindo seu reconhecimento no Programa Santas Casas Sustentáveis como Hospital Estratégico. Esse reconhecimento permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais.

Ao longo do ano, o HSL passou pelas avaliações, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e da Comissão de Monitoramento Regional do

Programa Santas Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade.

Em 2020, através da discussão do Planejamento Estratégico foi redefinida a Visão: "Alcançar a excelência dos serviços hospitalares, com qualidade, segurança e humanização, através do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e mantendo rigoroso controle dos custos". Ao longo de 2021, apesar das dificuldades apresentadas pela crise e pelo pequeno aumento das receitas, o HSL conseguiu evitar que os custos aumentassem além do que já estava previsto pelas correções inflacionárias.

Desde 2010, o HSL atua na captação de recursos por meio da Nota Fiscal Paulista. Com a implantação do grupo de captação, foi possível ampliar os pontos de coletas de cupons fiscais, o que permitiu ao longo deste período um importante aumento dessa receita. Esses recursos são utilizados para a aquisição de equipamentos e nas melhorias na estrutura física do hospital, sempre proporcionando aos pacientes e colaboradores uma melhor condição durante sua permanência no hospital. No entanto, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, através da Resolução SF nº 56, de 31 de agosto de 2009 (Res. SF nº 56/2009), com as alterações introduzidas pela Resolução SF nº 14, de 9 de março de 2017 (Res. SF nº 14/2017) redefiniu o formato de cálculo do crédito que será atribuído aos consumidores ou entidades receptoras e o modo de registro dos referidos cupons, reduzindo os benefícios desse formato de captação. Ao longo de 2019 o Grupo de Captação se dedicou a apresentar aos entes públicos o trabalho realizado pelo HSL e as propostas de melhorias (custeio e investimento) com base nas necessidades apresentadas pelas especialidades, aumentando expressivamente a captação de recursos desse período. Em 2021, muitas das captações realizadas foram revertidas pelo gestor para atendimento da necessidade pandêmica, fazendo com que os recursos não chegassem.

Hospital Santa Lucinda		SISTEMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES												
Ano: 2021														
Nome do Indicador							Fórmula de Medir							
SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO - SATISFAÇÃO GERAL							TOTAL DE SATISFEITO (ÓTIMO+BOM) x 100							
							TOTAL DE RESPOSTA (ÓTIMO+BOM+RUIM+PÉSSIMO)							
Satisfação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	Média anual/21	
% SATISFAÇÃO GERAL	94,3%	94,6%	97,8%	100,0%	98,6%	98,7%	96,9%	98,2%	96,0%	93,8%	98,7%	95,2%	96,9%	
% INSATISFAÇÃO GERAL	5,7%	5,4%	2,2%	0,0%	1,4%	1,3%	3,1%	1,8%	4,0%	6,2%	1,3%	4,8%	3,1%	
META HSL	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	90%	-	
CQH - MÉDIA GERAL	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	2,5%	-	

Como se pode observar, nossos clientes SUS apresentaram uma satisfação geral com a assistência prestada. Este indicador reflete intimamente nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade, em sua imensa maioria idênticos àqueles proporcionados aos pacientes conveniados ou particulares, com pequena diferença apenas na hotelaria, mas não na alimentação, limpeza, enxoval, equipamentos, corpo médico e de enfermagem, etc. Este é um diferencial importante do HSL na cidade, no Estado e no País, reconhecido pelos avaliadores dos Ministérios da Educação e da Saúde como ponto forte de nossa Faculdade e seu hospital de ensino, ambos mantidos pela FUNDASP.

Nossa instituição como referência regional garantiu as estruturas operacionais, oferecendo serviços na linha de cuidado nas áreas de ginecologia, obstetrícia, pediatria, medicina intensiva adulta e neonatal, além dos demais serviços cirúrgicos já prestados em nosso hospital.

Nosso principal objetivo para 2022 é apresentar o custo da produção que conseguimos realizar, considerando todas as dificuldades geradas pelo município, defasagem tecnológica do hospital e dificuldades específicas de cada especialidade. Nossos valores de receitas estão praticamente congelados desde 2014 e precisamos discutir com o gestor municipal um reequilíbrio financeiro do convênio. Com esta informação poderemos realizar uma negociação mais efetiva, sem termos que assumir compromissos impossíveis de serem honrados. Outro grande objetivo é concluir a construção do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce dos Pobres, que teve o início das obras em dezembro de 2021.

Nossas negociações com o novo governo foram comprometidas pelo enfrentamento à pandemia de COVID-19. Em março de 2022 temos o encerramento do convênio e a impossibilidade deste ser estendido. Teremos que negociar um novo convênio e temos uma proposta bastante robusta para auxiliar na resolução da demanda cirúrgica do município de Sorocaba. A proposta inclui a construção de uma nova UTI Adulto que atenda exclusivamente à demanda pós-cirúrgica.

Esperamos manter e até ampliar o campo de estágio da faculdade no Hospital Santa Lucinda tendo no nosso foco o controle dos custos hospitalares e na redução do déficit do hospital.

2.3. DERDIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação

A DERDIC é uma unidade com coordenação administrativa própria, subordinada à Fundação São Paulo. Como Unidade Suplementar da PUC-SP, é vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida da FUNDASP, e atua em dois eixos: Saúde e Educação.

Tem como missão "educar surdos, prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas, para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes de transformação social". Tem como valores "respeito e valorização à singularidade e à diversidade, coragem, ação educativa, atendimento humanizado, notoriedade profissional, transparência, compromisso, fidelidade à missão, coerência".

A DERDIC possui o Instituto Educacional São Paulo (IESP) - Escola de Educação Bilíngue para Surdos, que oferece bolsa de estudo 100% gratuitas a todos os estudantes, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem "Prof. Dr. Mauro Spinelli" e o Centro de Audição na Criança (CeAC), que desenvolvem ações e serviços na área da saúde, em parceria com a gestão municipal para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Seus 129 profissionais (104 profissionais da educação e saúde e 25 administrativos), oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERDIC atendeu no ano de 2021:

74 alunos da Educação Infantil e ensino Fundamental I e II, com bolsas integrais concedidas de acordo com a Lei nº 12.101/2009, referente à certificação de entidades beneficentes de assistência social, revogada pela Lei Complementar nº 187, publicada em dezembro do mesmo ano.

Escola da Família: A escola, por meio desta proposta, ofereceu aos pais e professores Curso de Libras, tendo 32 participantes, e Oficina Pedagógica de Libras, com 26 participantes, que foram realizadas pelo Facebook.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A escola oferece ainda programa de Acessibilidade em Libras e programas Educacionais complementares, como a seguir:

- **Programa de Acessibilidade (Libras):** criado com o objetivo de colaborar com a comunidade surda e ouvinte, nas ações desenvolvidas em prol da criação de melhores condições de vida e de inclusão social para os Surdos. Os professores do IESP realizaram curso oferecido pelo programa, que ocorreu pela Plataforma Teams, bem como foi oferecido curso a pessoas físicas. Nesse programa, foram oferecidos o "Curso Livre de LIBRAS para Pessoas Físicas, com 472 participantes, e o "Curso Livre de LIBRAS para Professores do IESP", com 15 participantes.
- **Programa Empregabilidade para Surdos:** criado com o objetivo de qualificar jovens e adultos surdos, com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho competitivo em decorrência da própria surdez, mas principalmente em decorrência da situação social de suas famílias e das lacunas apresentadas no desenvolvimento da escolaridade. O programa é inscrito no Conselho de Assistência Social de São Paulo. Vinculado ao programa, foram oferecidos os cursos a seguir:
 - √ 25 aprendizes. O programa foi realizado em parceria com a empresa TechMahindra;
 - √ 08 Jovens Surdos: Inclusão - Colocação orientada para jovens surdos na faixa de 17 anos. (Verba CONDECA).
 - √ 62 Jovens Surdos: Oficinas de vivências para o crescimento pessoal de jovens surdos entre 14 e 17 anos Verba: FUMCAD;
 - √ 30 alunos: Desenvolvimento WEB (Certificar os jovens e adultos surdos que querem seguir carreira na área de Tecnologia da Informação).

Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli, Centro Audição na Criança - CeAC:

A Clínica oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Além disso, assessora organizações da área de saúde, organiza eventos científicos, realiza pesquisas e publicações científicas e oferece oportunidade a alunos estagiários e profissionais em formação de aprofundarem os seus conhecimentos e desenvolverem suas práticas em um ambiente interdisciplinar.

Organizada nos setores de Fonoaudiologia, Psicologia, Médico e Terapia Ocupacional e Serviço Social, a Clínica atende crianças, adolescentes, adultos e idosos por meio do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo/CER II - Centro Especializado de Reabilitação de Deficiência Auditiva e Intelectual/linguagem - SUS - Sistema Único de Saúde.

Em relação ao número de pacientes:

- 8.011 Pacientes atendidos por Teleatendimentos. 17.652 Pacientes atendidos presencialmente;
- 3.368 Pacientes agendados presencialmente;
- 1.286 Pacientes receberam aparelhos auditivos, aparelhos de amplificação sonora (Convênio SUS);
- 300 Diagnósticos diferenciais de crianças menores de 5 anos de idade com suspeita de perda auditiva e reavaliações audiológicas;
- 224 Seleções e indicações de aparelhos de amplificação sonora individuais;
- 294 Número de famílias atendidas em terapias fonoaudiológicas e de crianças diagnosticadas com perda auditiva;
- 394 Acompanhamento audiológico de crianças usuárias de aparelhos de amplificação sonora individuais

Convênio Secretária da Saúde - Triagem Auditiva Neonatal Universal:

- 13.766 Triagens Auditivas Neonatais.

2.4. Centro Universitário Assunção - UNIFAI

Em janeiro de 2019, o Centro Universitário Assunção (UNIFAI) passou a ser mantido pela Fundação São Paulo.

Frente às exigências do mundo atual, o UNIFAI propõe-se a realizar, sistematicamente, revisões críticas e criativas do presente, fundamentadas na preservação dos aspectos positivos do passado e das projeções de futuro, tendo como princípios: Autonomia universitária, na forma da lei; A educação humanista; A participação interna; O compromisso social; A associação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a participação crítica da comunidade universitária; A participação efetiva no cenário do ensino superior brasileiro.

O UNIFAI, em sua estrutura, conta atualmente com um Centro Universitário, localizado na Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana - SP, onde são ofertados cursos de: Graduação, Pós-Graduação (*Lato Sensu*) e Extensão.

Graduação: Os cursos de Graduação do UNIFAI conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura aos concluintes. Os cursos superiores de tecnologia conferem diploma de tecnólogo (a) aos concluintes. Em 2021, foram ofertados 14 (quatorze) cursos de Graduação.

Pós-Graduação (*Lato Sensu*): Tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento de estudos feitos na graduação. Os cursos de Pós-Graduação - *Lato Sensu* são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores que foram classificados em processo de entrevista, de acordo com o parágrafo 3º da Resolução nº 1/2007 do CNE/CES. Em 2021 foram disponibilizados 17 (dezesete) cursos.

Extensão: Tem como finalidade complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante. Em 2021 foram ofertados 54 (cinquenta e quatro) cursos de Extensão. O UNIFAI, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2021, foram apresentados 246 trabalhos de conclusão dos cursos (TCC), por meio de artigos científicos elaborados e defendidos pelos alunos, sob a orientação de professores mestres e doutores.

O Centro Universitário Assunção realiza atividades no contexto de responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade:

Ações do UNIFAI na comunidade: O UNIFAI presta serviços à comunidade em áreas como assistência jurídica, assistência social e educação, por meio do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJU), Apadrinhamento Afetivo e do Projeto de Intervenção Pedagógica para crianças com dificuldade de Aprendizagem.

Ações do UNIFAI na área de cultura: Ação - divulgação de lives, e palestras, com a participação dos discentes e professores do UNIFAI. Devido à pandemia, as ações culturais ocorreram remotamente por meio da plataforma Teams e pelo YouTube, com a realização de lives e palestras. Em 2021, houve 44 lives na Pós-graduação - *lato sensu* e 40 lives na graduação. As ações de cultura presenciais não ocorreram devido à pandemia.

Ações de responsabilidade social com os alunos

Feira de Recrutamento e Carreira: Ação - promover anualmente o encontro entre o corpo discente e as empresas de recrutamento, para atualizar os alunos sobre as demandas do mercado e estreitar o relacionamento do UNIFAI com as entidades da área, facilitando o acesso dos alunos às novas oportunidades de colocação profissional. Devido à pandemia, os encontros ocorreram remotamente.

Grupos de estudo: Os "grupos de estudo" são parte do Projeto de Extensão do UNIFAI e dirigem-se aos alunos e convidados interessados no aprimoramento dos estudos e da pesquisa durante a graduação com vistas à realização tanto do trabalho de conclusão de curso, quanto ao ingresso na pós-graduação. Atualmente esses grupos têm como foco os fenômenos sociais que interferem na vida comum, do qual se depreende três eixos temáticos, a saber: (a) religião & sociedade, (b) educação & sociedade e (c) política & sociedade.

Ação: Diante da suspensão das atividades acadêmicas presenciais e visando garantir o ensino de todos os estudantes, a IES, concedeu empréstimos de computadores e doação de recursos para obtenção de pacote de dados aos discentes com dificuldade de acesso à internet. Foram distribuídas cestas básicas aos alunos contemplados com bolsa de estudos integral do ProUni e Fundasp.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL NO ÚLTIMO TRIÊNIO (2021/2020/2019)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Receitas operacionais brutas			
Mensalidades, taxas e inscrições	536.341	532.331	528.718
Cursos extracurriculares	31.003	33.908	40.262
Assistência médico-hospitalar	56.556	50.936	56.086
Subvenções e doações	2.058	2.772	2.344
Outras receitas	15.121	13.006	17.528
	641.079	632.953	644.938
Deduções			
Bolsas de estudo filantrópicas	(66.869)	(64.076)	(69.458)
Bolsas de estudo (sociais)	(61.391)	(64.337)	(66.357)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(64)	(384)	(1.478)
	(128.324)	(128.797)	(137.293)
Receita operacional líquida	512.755	504.156	507.645
Custos diretos e indiretos com atividades educacionais	(229.656)	(224.054)	(231.570)
Custos diretos com atividades hospitalares	(39.603)	(34.566)	(35.868)
Custos com mercadorias vendidas	(184)	(217)	(530)
Custo do serviço prestado	(269.443)	(258.837)	(267.968)
Superavit bruto	243.312	245.319	239.677
Despesas operacionais			
Salários, férias e encargos sociais	(126.525)	(119.251)	(125.053)
Despesas com serviços de terceiros	(35.036)	(32.114)	(36.909)
Administrativas e gerais	(21.507)	(18.074)	(24.046)
Pesquisas e desenvolvimento científico	(2.157)	(1.525)	(2.377)
Total despesas operacionais	(185.225)	(170.964)	(188.385)
Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro	58.087	74.355	51.292
Reconhecimento compra vantajosa (Prédios UNIFAI)	-	-	32.500
Aviso prévio e indenizações	(1.800)	(5.424)	(2.628)
Depreciações e amortizações	(11.008)	(11.557)	(12.052)
Resultado financeiro líquido	(27.935)	(30.029)	(30.731)
Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais	(11.850)	(10.939)	(5.173)
Outras (receitas/despesas) operacionais	1.122	1.470	(2.469)
Resultado do exercício	6.616	17.876	30.739

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2021 a Fundação manteve a geração de superavit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2021 foi de R\$512.755 milhões e apresenta acréscimo de 1,7% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$58,1 milhões (R\$74,3 milhões em 2020), às ações da



administração adequando os custos e despesas operacionais às receitas captadas, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.

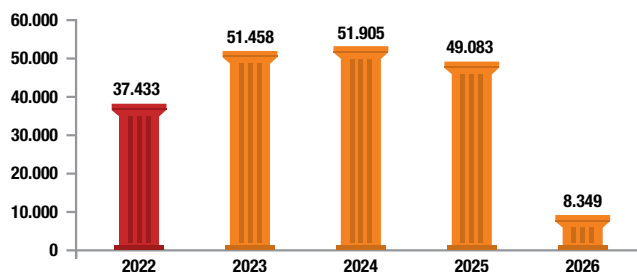
Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.

No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2022. A Fundação manterá em 2022 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vincendos da dívida bancária ao final do exercício de 2021:

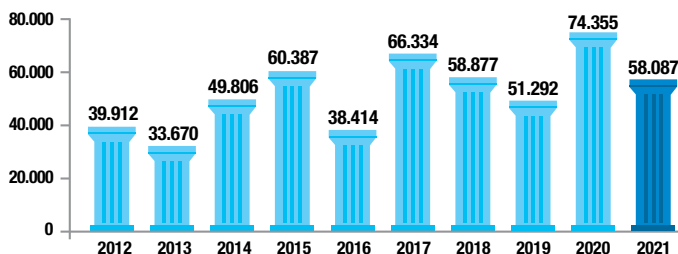
ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES INDENIZ. ACLD, DEPRECIAÇÃO E RESULTADO FINANCEIRO

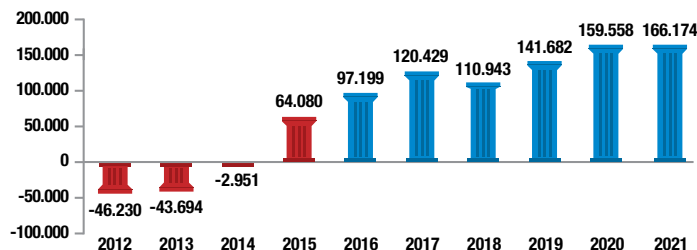


Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2021 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante às melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com mais de 75 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 24 de maio de 2022, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.

A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 24 de maio de 2022

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mantenedora do Centro Universitário Assunção - Fundação São Paulo



BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

		<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>			<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo					Passivo				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4		93.967	90.458	Fornecedores		13.135	14.881	
Aplicações financeiras vinculadas	4		4.915	7.057	Empréstimos e financiamentos	14	37.433	69.555	
Contas a receber de alunos e hospital	5		28.746	32.431	Salários, férias e encargos sociais a pagar	15	45.118	44.606	
Bolsas restituíveis	6		4.337	3.489	Tributos parcelados	16	8.152	8.047	
Estoques			3.312	2.842	Mensalidades antecipadas	17	17.743	14.524	
Adiantamentos a funcionários			1.458	1.589	Processos judiciais a pagar	18	6.579	5.553	
Despesas antecipadas			1.219	976	Passivo de arrendamento	13	2.457	2.800	
Outros ativos	7		13.833	9.567	Outras contas a pagar	19	3.482	4.130	
Total circulante			151.787	148.409	Total circulante		134.099	164.096	
Não Circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos	14	160.795	139.233	
Contas a receber de alunos e hospital	5		813	1.070	Tributos parcelados	16	119.060	121.835	
Outros ativos	7		221	221	Provisão para riscos judiciais	20	10.253	5.334	
Créditos de certificado de potencial adicional de construção	8		5.695	5.695	Passivo de arrendamento	13	11.312	8.173	
Investimentos (Associação Cultural São Paulo)	9		10	10	Processos judiciais a pagar	18	8.656	11.621	
Outros			19	19	Outras contas a pagar	19	4.720	-	
			6.758	7.015	Total não circulante		314.796	286.196	
Imobilizado	10		274.851	280.163	Patrimônio líquido				
Intangível	11		52.936	53.264	Patrimônio social	21	57.305	30.568	
Propriedades para investimentos	12		117.015	111.164	Ajuste de avaliação patrimonial	21	102.253	111.114	
Direito de uso	13		11.722	9.835	Superávits (deficits) acumulados		6.616	17.876	
Total não circulante			456.524	454.426	Total do patrimônio líquido		166.174	159.558	
Total do ativo			615.069	609.850	Total do passivo e do patrimônio líquido		615.069	609.850	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

		<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	22		512.755	504.156
Custos diretos educacionais e hospitalares	23		(269.443)	(258.837)
Superávit bruto operacional			243.312	245.319
(Despesas)/receitas operacionais				
Despesas com pessoal	24		(128.325)	(124.675)
Despesas gerais e administrativas	25		(21.507)	(18.074)
Despesas com serviços de terceiros	26		(35.036)	(32.114)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.2 e 6		(3.260)	(9.418)
Provisão para processos e contingências judiciais	18.1 e 20.1		(8.589)	(1.521)
Depreciações e amortizações	10.2, 11 e 13a		(11.008)	(11.557)
Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico			(2.158)	(1.525)
Outras receitas	27		7.970	4.266
Outras despesas	27		(6.848)	(2.796)
			(208.761)	(197.414)
Superávit operacional antes do resultado financeiro			34.551	47.905
Receitas financeiras	28		15.046	9.294
Despesas financeiras	28		(42.981)	(39.323)
Superávit do exercício			6.616	17.876

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Superávit do exercício		6.616	17.876
Realização de avaliação patrimonial		(8.861)	(8.861)
Superávit abrangente total do exercício		(2.245)	9.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
 (Em milhares de reais - R\$)

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Valores recebidos dos clientes		493.297	471.105
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas		(359.166)	(350.266)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar		(106.975)	(88.490)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos		(7.263)	(9.463)
		19.893	22.886
Outros recebimentos (pagamentos)			
Recebimentos de aluguéis		9.074	3.965
Recebimentos de subvenções		3.777	2.325
Recebimentos de doações		218	344
Recebimentos de inscrições e concursos		3.024	2.349
Outros recebimentos		3.022	4.010
Despesas bancárias pagas		(1.961)	(1.892)
Pagamentos de processos judiciais		(5.143)	(7.927)
Pagamentos de depósitos judiciais		(1)	(379)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		(16.753)	(14.469)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		15.150	11.212
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Compras de imobilizado		(3.256)	(2.091)
Compras de intangível		-	(122)
Resgates de aplicações financeiras		-	850
Recebimento na venda de ativo imobilizado		20	65
Juros recebidos		5.712	2.898
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		2.476	1.600
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos e financiamentos		(180.502)	(64.059)
Captação de empréstimos e financiamentos		170.000	47.000
Amortização de arrendamento de imóvel		(3.615)	(3.865)
Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamento		(14.117)	(20.924)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.509	(8.112)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		90.458	98.570
No final do exercício		93.967	90.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

Saldos em 31 de dezembro de 2019
Incorporação do déficit ao patrimônio social
Realização de avaliação patrimonial
Superavit do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2020
Incorporação do superavit ao patrimônio social
Realização de avaliação patrimonial
Superavit do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2021

Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superavit (deficits) acumulados	Total
53.569	119.975	(31.862)	141.682
(31.862)	-	31.862	-
8.861	(8.861)	-	-
-	-	17.876	17.876
30.568	111.114	17.876	159.558
17.876	-	(17.876)	-
8.861	(8.861)	-	-
-	-	6.616	6.616
57.305	102.253	6.616	166.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("FUNDAÇÃO" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas:

- Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados.
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - PUC-SP:

Seus objetivos principais são:

- A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
 - A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
 - Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.
- Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com *campi* universitários, sendo quatro localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e um no interior: Sorocaba.

Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - UNIFAI:

Seus objetivos principais são:

- Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão;
- Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mercado de trabalho;
- Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo.
- Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária.

A UNIFAI conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

Unidade Hospitalar - HSL:

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermirio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

1.2. Transferência de Manutenção - IESP para Fundação São Paulo

Em 2 de janeiro de 2019, o IESP transferiu para Fundação a manutenção do UNIFAI, atualmente com aproximadamente 1.425 (Hum mil, quatrocentos e vinte e cinco) alunos matriculados nos cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e extensão. O quadro de funcionários é composto por 100 funcionários (38 administrativos e 62 docentes), considerando funcionários ativos e licenciados.

O Centro Universitário conta atualmente com os seguintes cursos ativos no cadastro e-MEC:

- Graduação - Administração; Biblioteconomia; Ciências Contábeis; Direito; Filosofia (Licenciatura plena); Filosofia; História (Licenciatura plena); Pedagogia (Licenciatura plena); Serviço Social.
- Pós-graduação *lato sensu* - Alfabetização e Letramento; Arquitetura da Informação; Design de Interação Digital; Educação Infantil e Cultura; Direito Tributário; Filosofia e Pensamento Político Contemporâneo; Formação de Docentes para o Ensino Superior; Gestão de Arquivos e Bibliotecas Escolares; Gestão em Políticas Públicas e Projetos Sociais; História da África: Educação, Cultura, e Relações Internacionais; História: Arte, Patrimônio e Cultura; História, Civilização e Pensamento Medieval; MBA Gestão Estratégica de Negócios; Neurociência, Saúde Mental e Aprendizado; Psicomotricidade; Psicopedagogia; Religião e Cultura.
- Extensão Universitária - Universidade Aberta à Maturidade.

1.3. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF):

Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Por força da medida liminar concedida em 1998 no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 1.802/1998 a Fundação São Paulo enviava às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações uma Declaração sobre a sua imunidade. Em abril de 2018 houve o julgamento da ADIN sendo o referido dispositivo, entre outros, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ratificando a medida liminar. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997. Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações, a Fundação envia-lhes a Declaração sobre a sua imunidade, por força da suspensão de tais dispositivos legais.

iii) Programa de Integração Social (PIS):

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

em março de 2000, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente.

Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. Após a oposição de embargos de declaração a Suprema Corte reformulou a tese inicialmente fixada para o tema, prevalecente a tese proposta pela Ministra Rosa Weber nos seguintes termos "a lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficiante de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas". O julgamento do STF beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta. Nas ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621, ficou definido que aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo das entidades beneficiantes de assistência social podem ser veiculados em lei ordinária. Posteriormente, houve movimentação no andamento do processo movido pela FUNDASP, tendo sido determinado que os autos fossem levantados do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF, o que ainda está em andamento no TRF-3.

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU):

A Fundação possui imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento até o exercício de 2015 foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A imunidade de ITBI é auferida por meio do envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel.

A situação de imunidade da Fundação, no que tange aos impostos de competência municipal, é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24 de dezembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-00182/CM01, com vigência de 13 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017. Para 2018, houve renovação, atestada pela Declaração nº 2017-001080/CR01, com vigência de 10 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Para o ano de 2019 a imunidade foi atestada pela Declaração nº 2019-000380/CR03, retificada pela Declaração nº 2019-001837/CM01. E, para os anos de 2020, 2021 e 2022, foram feitas as renovações certificadas por meio das Declarações nºs 2020-000361/CM01 e 2021-000062/CR01 e 2022-000023/CR02, respectivamente.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS):

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação conceda uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes. Essa exigência estava prevista na Lei nº 12.101/2009, a qual foi declarada inconstitucional, por decisão do STF, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 4.480, no que se refere à necessidade de que os requisitos para fruição da imunidade sejam disciplinados por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, o que resultou na publicação da Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 31.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI):

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei nº 11.096/2005, alterada pela Medida Provisória nº 1.075/2021, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe à Sesu/MEC, com o qual a Fundação firmou Termo de Adesão para cada um dos campi de suas instituições mantidas. Na PUC-SP, o termo foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005, com prazo de vigência de 10 (dez) anos, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.096/2005. Com o término dessa vigência, foram firmados em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período. Nos semestres seguintes, foram emitidos Termos Aditivos, nos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação, inclusive para o fim de constar as bolsas a

serem concedidas no Centro Universitário Assunção, também mantido pela Fundação São Paulo.

Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

1.4. Crise sanitária mundial causada pela Covid-19

Os anos de 2020 e 2021 foram atípicos e recheados de dificuldades e restrições de toda ordem. Em razão da pandemia, a Fundação suspendeu as atividades administrativas presenciais, garantindo o trabalho remoto a todos os funcionários administrativos, assim como a gestores, docentes e alunos das Instituições de Ensino Mantidas, preservando a remuneração integral de seus funcionários inclusive disponibilizando equipamentos para acesso remoto aos colaboradores que não dispunham.

Na retomada das atividades presenciais, de acordo com as fases previstas no Plano São Paulo, do governo do estado, a Secretaria Executiva da FUNDASP criou grupo de trabalho para a retomada presencial, ancorado nos pilares infraestrutura, legislação e pessoas com a participação de profissionais do Departamento de Infraestrutura e Plano Diretor, da Consultoria Jurídica e da Divisão de Recursos Humanos. Esse trabalho resultou na publicação do Protocolo de Enfrentamento à Covid-19 - Atividades Administrativas e pelo Guia de Saúde - Retorno Presencial das instituições de ensino Mantidas pela FUNDASP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Centro Universitário Assunção - UNIFAI.

Na infraestrutura, foi feita adequação para retomada das atividades presenciais em todos os setores do Edifício-Sede FUNDASP e nos campi das Instituições Mantidas. Foram instalados tapetes sanitizantes nas entradas dos campi e dos prédios, de dispensers de álcool em gel, álcool em spray e de placas informativas/orientativas na entrada do campus, nos corredores, bebedouros e sanitários.

A área de tecnologia disponibilizou e implementou recursos tecnológicos para a execução de atividades de modo remoto. Melhorias nos links de Internet foram realizadas nos diversos campi e unidades, bem como foram implementadas melhorias nas questões de segurança da informação, de modo a garantir a continuidade dos serviços na Instituição, além de diversas atualizações em conteúdo no site da Instituição, criando uma área específica para informações sobre protocolos de combate ao Coronavírus e de resoluções publicadas no momento de pandemia.

a) Mantidas PUC e UNIFAI:

A pandemia ocasionada pela Covid-19 evidenciou a necessidade de medidas para o enfrentamento do desemprego, da falta de acesso à saúde, à tecnologia e a equipamentos por uma parte da população. Consciente desse cenário, a FUNDASP concedeu cestas básicas a estudantes bolsistas além da criação do programa para empréstimo de computadores e concessão de pacote de dados para acesso à internet aos estudantes bolsistas para a realização de seus cursos.

Nas Instituições Mantidas, foram realizadas adequações nos laboratórios de ensino utilizados pelos cursos que realizam atividades práticas, em auditórios, bibliotecas e refeitório, assim como em setores que realizam atendimentos e ações sociais como Clínica Psicológica Ana Maria Poppovic, Juizado Especial Cível e Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns, vinculados à PUC-SP. Salas foram montadas com webcam, microfone sem fio, sistema de som, computador e projeção, para que aulas no formato híbrido (aulas presenciais e/ou remotas) pudessem ocorrer, sem prejuízo das atividades acadêmicas.

O processo Seletivo - vestibular foi realizado pela plataforma on-line Mercer/Mettl e implementado provas on-line através da Plataforma Prova Fácil garantido também a realização de matrícula on-line dos estudantes nas Instituições de ensino, inclusive com entrega on-line da documentação.

Para a realização das atividades acadêmicas, a Plataforma Office 365, com seus recursos colaborativos como Teams, Pacote Office, Planner, Forms, assim como a ferramenta Zoom e o Stream Yard e a Even3, foram amplamente utilizadas em diversas atividades como aulas, reuniões, encontros, eventos etc. Aulas síncronas e assíncronas foram disponibilizadas nas diversas plataformas, assim como o ambiente Moodle, utilizado com mais de 4.000 salas criadas.

Em 2020 também implantado pela área de tecnologia o Sistema VOTO ELETRÔNICO, desenvolvido pelo Ministério Público de São Paulo, para que fosse realizada Consulta à Comunidade para indicar professores ao cargo de Reitor e Vice-Reitor da PUC-SP - quadriênio 2020-2024, cujos nomes foram submetidos à escolha e nomeação do presidente do Conselho Superior da FUNDASP. O processo foi realizado com sucesso, no qual foram mais de 6.000 votos validados e computados, dentre os mais de 15.600 votantes habilitados, o que representou um marco na Instituição e garantiu a sua tradição democrática.

b) HSL - Hospital Santa Lucinda:

No Hospital Santa Lucinda, foram realizadas instalação de barreiras físicas nos balcões de atendimento ao público visando proteção à Covid-19, adequações em salas de aula e laboratórios, na central de atendimento ao aluno, na sala de professores e de coordenação e nas áreas administrativas.

Devido ao aumento do número de casos de Covid-19 no estado de São Paulo, foi determinada pela FUNDASP a realização de testes sorológicos em massa, abrangendo funcionários do hospital e terceirizados, com coleta realizada pelo laboratório CDC Valinhos e também com 600 testes recebidos da Vigilância Sanitária em parceria com o laboratório HILAB.

Em dezembro de 2020 foi firmado convênio entre a Fundasp e a Prefeitura de Sorocaba para a contratação de mais 20 leitos do Hospital Santa Lucinda para atender pacientes com suspeita ou com a confirmação da Covid-19.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

c) DERDIC:

Os atendimentos na área de saúde continuaram a ser oferecidos pela Divisão de Educação e Distúrbios da Comunicação - DERDIC, unidade voltada ao trabalho com pessoas surdas, ainda que com a capacidade de atendimento reduzida.

A administração avaliou potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em suas operações e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Fundação:

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

(i) Provisão para perdas esperadas com créditos - dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da provisão para os casos de alunos inadimplentes e evadidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados impactos relevantes no volume de recebimentos e maior dificuldade na cobrança dos valores em atraso (Nota 5.2 e 6).

(ii) Provisão para riscos judiciais - na esfera trabalhista, eventual aumento de ações em função de reclamações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado nenhum aumento das ações trabalhistas que indicasse a necessidade de acréscimo da provisão para contingências, (Nota 18.1 e 20.1).

(iii) Impairment de ativo e intangíveis - as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2021 não apresentaram evidências de perda do valor recuperável dos ativos.

(iv) Riscos financeiros - aumento das taxas de juros ("spreads") de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional. Em complemento, visando a proteção da sua capacidade financeira e da sua estrutura de capital, a administração realizou um reforço no caixa da Fundação através da contratação de empréstimos junto a instituições financeiras (Nota 14). A Fundação monitora atentamente as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas perante a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos.

1.5. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Fundação, apresenta capital circulante líquido positivo de R\$17.688 (R\$15.687 negativo em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido de R\$166.174 (R\$159.558 em 31 de dezembro de 2020). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- (i) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
- (ii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
- (iii) Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.
- (iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal.
- (v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
- (vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.
- (vii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.
- (viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.
- (ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.
- (x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.
- (xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.
- (xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.
- (xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.
- (xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2022, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Secretaria executiva em 24 de maio de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b) Base de mensuração:

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação:

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos:

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2021, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nºs 5 e 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 8 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 12 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

i) Mensuração do valor justo:

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros:

i) Reconhecimento e mensuração inicial:

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente:

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2021, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR:

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado:

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Redução no valor recuperável (impairment) - ativos financeiros:

O CPC 48/IFRS 9 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos, e outras contas a pagar.

iii) Compensação:

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Instrumentos financeiros derivativos:

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) Arrendamento:

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Fundação aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

i) Definição de arrendamento:

Anteriormente, a Fundação determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Fundação agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

ii) Ativos arrendados:

A Fundação arrendava basicamente os imóveis:

- Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
- Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana, Campus Santana, onde é ofertado o curso de teologia;
- Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, onde são ofertados alguns cursos de graduação;
- Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão. Como arrendatário, a Fundação classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu

substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Fundação reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

iii) Políticas contábeis significativas:

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas:

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 22).

a) Prestação de serviços educacionais:

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade):

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES:

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) Prestação de serviços médicos:

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.

d) Receita de juros:

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) Subvenções e doações:

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) Mensalidades antecipadas:

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

d) Caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) Aplicações financeiras:

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f) Contas a receber:

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

g) Estoque:

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

h) Imobilizado:

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 a 8 anos	12,5% a 20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benfeitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	1,56% a 4,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	5,0% a 20,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

i) Intangível - softwares:

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Propriedades para investimentos:

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo

"Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas". As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

k) Provisões:

a) Geral:

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Provisões para riscos judiciais:

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 3.2.a).

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos:

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável (impairment):

Ativos financeiros não derivativos:

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i) Mensuração das perdas com crédito esperadas:

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

ii) Glosas:

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

iii) Ativos não financeiros:

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC):

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário" e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

o) Demonstrações dos fluxos de caixa:

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:

A Fundação não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

r) Receitas com trabalhos voluntários:

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, no qual seria equivalente ao valor justo total de R\$19 em 2021 e R\$0 em 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

	2021	2020
Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e bancos	1.380	63
Aplicações financeiras (i)	92.587	90.395
	93.967	90.458
Recursos vinculados:		
Aplicações financeiras (ii)	4.915	7.057
	4.915	7.057

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 88,2% e 130,2% (82,5% e 101,8% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Recursos vinculados.

	2021	2020
Composição dos recursos vinculados		
Convênio Pró-Equipamentos/Pós-Graduação (a)	-	52
Convênio Hospital Estratégico (b)	1.645	1.192
Convênio SUS PA 7.180/17 (c)	2.181	4.505
Outros projetos	1.089	1.308
Total	4.915	7.057

(a) Convênio Pró-Equipamentos/Pós-Graduação - Recursos para aquisição de equipamentos de uso compartilhado destinados à melhoria da estrutura de pesquisa científica e tecnológica dos programas de pós-graduação da PUC/SP.

(b) Convênio Hospital Estratégico - Contribuir para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Sorocaba, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam as necessidades e demandas da população, em especial aquelas que encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio Hospital Estratégico (consumo e prestação de serviços).

(c) Convênio SUS PA 7.180/17 - Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas, em conformidade com o Plano Operativo.

5. Contas a receber de alunos e hospital

Descrição	2021	2020
Contas a receber da unidade educacional:		
Contas a receber de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>	45.310	45.734
Contas a receber de pós-graduação <i>lato sensu</i> e extensão	5.168	6.138
Cheques devolvidos	2.605	2.633
Notas promissórias	2.031	2.046
Negociações de débito	16.061	16.497
Subtotal	71.175	73.048
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(56.172)	(55.238)
	15.003	17.810
Contas a receber da unidade hospitalar:		
SUS	11.455	11.634
Convênio	8.987	8.112
Particular	1.107	1.374
Subtotal	21.549	21.120
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(6.993)	(5.429)
	14.556	15.691
Total	29.559	33.501
Classificadas como: Circulante	28.746	32.431
Não circulante	813	1.070

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajustados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	2021			2020		
	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido
Débitos de serviços - Ajustados (a)						
- Escritório de cobrança	21.327	(18.604)	2.723	9.022	(6.105)	2.917
- Núcleo de cobrança						
FUNDASP	1.649	(1.066)	583	434	(171)	263
	22.976	(19.670)	3.306	9.456	(6.276)	3.180
Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)						
- Escritório de cobrança	385	(225)	160	121	(22)	99
- Núcleo de cobrança						
FUNDASP	6	(6)	-	5	(5)	-
	391	(231)	160	126	(27)	99
Total débitos ajustados e levantamento judicial	23.367	(19.901)	3.466	9.582	(6.303)	3.279

(a) Débitos ajustados:

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial:

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

5.1. Composição por vencimento - unidade educacional:

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2021:

31 de dezembro de 2021	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	4.084	0,15%	(6)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	3.308	4,14%	(137)
De 31 a 60 dias	1.693	6,97%	(118)
De 61 a 90 dias	1.355	10,63%	(144)
De 91 a 120 dias	1.909	46,41%	(886)
De 121 a 150 dias	576	25,00%	(144)
De 151 a 180 dias	181	23,20%	(42)
De 181 a 210 dias	567	47,09%	(267)
De 211 a 240 dias	562	53,91%	(303)
De 241 a 270 dias	573	60,03%	(344)
De 271 a 300 dias	442	64,71%	(286)
De 301 a 330 dias	594	80,47%	(478)
De 331 a 360 dias	71	5,63%	(4)
Mais de 360 dias	55.260	95,93%	(53.013)
	71.175	78,92%	(56.172)

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.

5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar:

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisões para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

31 de dezembro de 2021	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda esperada
A vencer	3.191	10,00%	(319)
Vencidos			
De 1 a 30 dias	113	11,50%	(13)
De 31 a 60 dias	580	14,48%	(84)
De 61 a 90 dias	160	12,50%	(20)
De 91 a 120 dias	123	14,63%	(18)
De 121 a 150 dias	56	10,71%	(6)
De 151 a 180 dias	37	10,81%	(4)
De 181 a 210 dias	18	11,11%	(2)
De 211 a 240 dias	27	14,81%	(4)
De 241 a 270 dias	34	8,82%	(3)
De 271 a 300 dias	84	9,52%	(8)
De 301 a 330 dias	21	9,52%	(2)
De 331 a 360 dias	43	9,30%	(4)
Mais de 360 dias	17.062	38,13%	(6.506)
	21.549	32,45%	(6.993)

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Descrição	2020	Constituição	Reversão	2021
Educacional:				
Contas a receber da graduação	(36.842)	-	544	(36.298)
Cheques devolvidos	(2.632)	-	27	(2.605)
Notas promissórias	(2.046)	-	15	(2.031)
Negociações de débitos	(7.716)	(475)	-	(8.191)
FGEDUC	(5.931)	(1.109)	-	(7.040)
Cartão de crédito	(71)	-	64	(7)
	(55.238)	(1.584)	650	(56.172)
Hospitalar:				
Créditos hospitalares	(5.429)	(1.564)	-	(6.993)
	(60.667)	(3.148)	650	(63.165)

6. Bolsas restituíveis

Descrição	2021		2020	
	Contas a Devedores receber duvidosos	Líquido	Contas a Devedores receber duvidosos	Líquido
Bolsas restituíveis	22.728	(18.391)	4.337	21.118
Circulante	22.728	(18.391)	4.337	21.118

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial de bolsas restituíveis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Débitos de serviços - Ajuizados (a)	2021			2020		
	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2021	Contas a receber de alunos	Perdas estimadas	Líquido 2020
- Escritório de cobrança	5.783	(5.783)	-	7.734	(7.724)	10
- Núcleo de cobrança FUNDASP	347	(345)	2	867	(854)	13
	6.130	(6.128)	2	8.601	(8.578)	23
Débitos de serviços - Levantamento judicial (b)						
- Escritório de cobrança	9	(9)	-	14	(14)	-
- Núcleo de cobrança FUNDASP	-	-	-	-	-	-
	9	(9)	-	14	(14)	-
Total débitos ajuizados e levantamento judicial	6.139	(6.137)	2	8.615	(8.592)	23

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos de bolsas restituíveis, que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados de bolsas restituíveis em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação.

A Fundação, considerando a indexação dos pagamentos das dívidas pelos valores dos boletos vigentes nas datas previstas de liquidação das obrigações, efetuou o cálculo do valor presente das parcelas de longo prazo, não apurando diferenças significativas com os valores atualmente registrados, líquidos de provisão para realização.

A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Descrição	2020	Constituição	2021
Bolsas restituíveis	(17.629)	(762)	(18.391)

7. Outros ativos

	2021	2020
Convênios e créditos a receber	1.870	1.035
Títulos a compensar	1.972	1.277
Adiantamentos a outras empresas	8.104	5.801
Outros valores a receber	2.108	1.675
Total	14.054	9.788
Circulante	13.833	9.567
Não circulante	221	221

8. Certificado de potencial adicional de construção

Em 19 de agosto de 2015, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO 0123/2015, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, declarou que o imóvel situado na Rua Monte Alegre, nº 984, Distrito da Lapa, São Paulo/SP, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e tombado pela Resolução SC nº 29/2012 do Condephaat e pela Resolução nº 04/2015 do CONPRESP, dispõe de 18.037,50 m² (dezoito mil, trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação do terreno.

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDUL/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R\$5.695 e R\$5.695, respectivamente.

9. Investimento

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.

10. Imobilizado

10.1. Composição do saldo:

Descrição	2021		2020	
	Custo	Depreciação	Custo líquido	Custo líquido
Terrenos	156.476	-	156.476	156.584
Edificações	123.488	(42.021)	81.467	85.398
Máquinas e equipamentos	24.498	(18.947)	5.551	4.557
Móveis e utensílios	11.700	(10.312)	1.388	1.638
Equipamentos de informática	23.551	(20.112)	3.439	4.099
Ferramentas	45	(26)	19	24
Biblioteca	4.799	(4.254)	545	704
Instalações	8.423	(6.227)	2.196	2.761
Benfeitorias em imóveis próprios	26.896	(6.446)	20.450	20.825
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	(3.304)	25	41
Equipamentos hospitalares	3.072	(2.019)	1.053	1.218
Imobilizado em arrendamento	3.942	(3.883)	59	59
Instrumentos cirúrgicos	113	(88)	25	37
Veículos em uso	1.142	(333)	809	740
Enxoval hospitalar	850	(850)	-	3
Imobilizações em andamento	1.349	-	1.349	1.475
Total	393.673	(118.822)	274.851	280.163

10.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas:

Custo	31/12/2020		31/12/2021	
	Adições	Baixas	Transferências	
Terrenos	156.584	(108)	-	156.476
Edificações	124.072	(584)	-	123.488
Máquinas e equipamentos	22.543	1.955	-	24.498
Móveis e utensílios	11.585	115	-	11.700
Equipamentos de informática	23.123	428	-	23.551
Ferramentas	45	-	-	45
Biblioteca	4.787	12	-	4.799
Instalações	8.410	13	-	8.423
Benfeitorias em imóveis próprios	26.216	680	-	26.896
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.329	-	-	3.329
Equipamentos hospitalares	3.072	-	-	3.072
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	113	-	-	113
Veículos em uso	1.107	8 (234)	261	1.142
Enxoval hospitalar	850	-	-	850
Imobilizações em andamento	1.475	209 (74)	(261)	1.349
Total	391.253	3.420 (1.000)	-	393.673

Depreciação	31/12/2020		31/12/2021	
	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações	(38.674)	(3.580)	233	(42.021)
Máquinas e equipamentos	(17.986)	(961)	-	(18.947)
Móveis e utensílios	(9.947)	(365)	-	(10.312)
Equipamentos de informática	(19.024)	(1.053)	-	(20.112)
Ferramentas	(21)	(5)	-	(26)
Biblioteca	(4.083)	(171)	-	(4.254)
Instalações	(5.649)	(578)	-	(6.227)
Benfeitorias em imóveis próprios	(5.391)	(1.055)	-	(6.446)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.288)	(16)	-	(3.304)
Equipamentos hospitalares	(1.854)	(165)	-	(2.019)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(76)	(12)	-	(88)
Veículos em uso	(367)	(110)	144	(333)
Enxoval hospitalar	(847)	(3)	-	(850)
Total	(111.090)	(8.109)	377	(118.822)
Total líquido	280.163	(4.689)	(623)	274.851

31/12/2019 Adições Baixas Transferências 31/12/2020

Custo				
Terrenos	156.584	-	-	156.584
Edificações	124.072	-	-	124.072
Máquinas e equipamentos	21.711	832	-	22.543
Móveis e utensílios	11.548	37	-	11.585
Equipamentos de informática	22.717	406	-	23.123
Ferramentas	33	12	-	45
Biblioteca	4.698	89	-	4.787
Instalações	8.359	51	-	8.410
Benfeitorias em imóveis próprios	25.792	424	-	26.216
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.318	11	-	3.329
Equipamentos hospitalares	3.072	-	-	3.072
Imobilizado em arrendamento	3.942	-	-	3.942
Instrumentos cirúrgicos	113	-	-	113
Veículos em uso	1.122	65 (80)	-	1.107
Enxoval hospitalar	850	-	-	850
Imobilizado em arrendamento	1.297	178	-	1.475
Total	389.228	2.105 (80)	-	391.253

31/12/2019 Adições Baixas Transferências 31/12/2020

Depreciação				
Edificações	(35.094)	(3.580)	-	(38.674)
Máquinas e equipamentos	(17.042)	(944)	-	(17.986)
Móveis e utensílios	(9.526)	(421)	-	(9.947)
Equipamentos de informática	(17.971)	(1.053)	-	(19.024)
Ferramentas	(17)	(4)	-	(21)
Biblioteca	(3.895)	(188)	-	(4.083)
Instalações	(5.061)	(588)	-	(5.649)
Benfeitorias em imóveis próprios	(4.347)	(1.044)	-	(5.391)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(3.273)	(15)	-	(3.288)
Equipamentos hospitalares	(1.662)	(192)	-	(1.854)
Imobilizado em arrendamento	(3.883)	-	-	(3.883)
Instrumentos cirúrgicos	(64)	(12)	-	(76)
Veículos em uso	(330)	(93)	56	(367)
Enxoval hospitalar	(810)	(37)	-	(847)
Total	(102.975)	(8.171)	56	(111.090)
Total líquido	286.253	(6.066)	(24)	280.163

10.3. Garantias:

Os terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras.

11. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas:

Custo	2020		2021	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final	
Direito de uso	2.863	-	2.863	
Softwares	6.217	-	6.217	
Sistemas aplicativos	3.061	-	3.061	
Marcas e patentes	38	-	38	
Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção	20.000	-	20.000	
Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção	32.550	-	32.550	
Total	64.729	-	64.729	
Amortizações				
Direito de uso	(2.473)	(178)	(2.651)	
Softwares	(5.977)	(132)	(6.109)	
Sistemas aplicativos	(3.015)	(18)	(3.033)	
Total	(11.465)	(328)	(11.793)	
Intangível líquido	53.264	(328)	52.936	



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

12. Propriedades para investimentos

Saldo de 31 de dezembro de 2019	107.361
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 27	3.803
Saldo de 31 de dezembro de 2020	<u>111.164</u>
Adições	460
Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 27	5.391
Saldo de 31 de dezembro de 2021	<u>117.015</u>

(a) Refere-se a variações positivas e/ou negativas dos valores justos dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	2020	Adições	Atualização	
			valor justo	2021
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961	8.706	-	1.241	9.947
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971	10.512	-	1.499	12.011
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986	10.524	-	218	10.742
Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990	15.786	-	327	16.113
Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083	59.747	-	(3.329)	56.418
Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083	5.889	-	4.193	10.082
Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto 71	-	159	531	690
Apartamento Av. São João, 1.619 - apto 21	-	50	134	184
Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto 63	-	106	244	350
Apartamento Rua Gaivotas, 1.101 - apto 113	-	145	333	478
	111.164	460	5.391	117.015

Valor justo das propriedades para investimento:

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

13. Direito de uso

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens

Total de direito de uso de bens em 31/12/2019	11.692
Remensuração	967
Depreciação	(2.824)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2020	<u>9.835</u>
Remensuração	4.458
Depreciação	(2.571)
Total de direito de uso de bens em 31/12/2021	<u>11.722</u>

b) Movimentação do passivo de arrendamento

Total do passivo de arrendamento em 31/12/2019	12.028
Remensuração	1.222
Adições	2.800
Contraprestação	(2.608)
Juros pagos sobre arrendamento	(1.434)
Baixas	(2.800)
Juros sobre arrendamento	1.765
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2020	<u>10.973</u>
Remensuração	4.989
Contraprestação - curto prazo	(3.615)
Juros pagos sobre arrendamento	(1.979)
Juros sobre arrendamento	3.401
Total do passivo de arrendamento em 31/12/2021	<u>13.769</u>
Circulante	2.457
Não circulante	11.312
Pagamento estimado em 2022	3.931
Pagamento estimado em 2023	3.931
Pagamento estimado em 2024	3.450
	<u>11.312</u>

14. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Natureza	Taxa de juros	2021	2020
Banco do Brasil S.A.	Capital de giro	3,7% a.a. + 100% CDI	111.293	98.524
Banco Bradesco S.A.	Capital de giro	3,7% a.a. + 100% CDI	42.756	24.014
Banco Santander S.A.	Capital de giro	3,66% a.a. + 100% CDI	24.045	7.040
Banco Safra S.A.	Capital de giro	3,66% a.a. + 100% CDI	20.134	17.244
		De 4,00% a.a.		
Banco Bradesco S.A.	BNDES	até 7,5% a.a. + TJLP	-	31.048
		De 4,00% a.a.		
Banco Santander S.A.	BNDES	até 7,5% a.a. + TJLP	-	15.824
Banco Rendimento S.A.	Capital de giro	3,3% a.a. + 100% CDI	-	15.036
			<u>198.228</u>	<u>208.730</u>
Banco Bradesco S.A.	Saldo devedor		-	18
Banco Santander S.A.	Saldo devedor		-	40
			-	58
Total			<u>198.228</u>	<u>208.788</u>
Passivo circulante			<u>37.433</u>	<u>69.555</u>
Passivo não circulante			<u>160.795</u>	<u>139.233</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Instituição	Modalidade	2020	Captações	Amortização de principal e juros		2021
				Encargos	2021	
Bradesco	Capital de giro	24.014	41.000	(25.073)	2.815	42.756
Santander	Capital de giro	7.040	24.000	(7.654)	659	24.045
Safra	Capital de giro	17.244	20.000	(18.214)	1.104	20.134
Banco do Brasil	Capital de giro	98.524	85.000	(80.453)	8.222	111.293
Rendimento	Capital de giro	15.036	-	(16.240)	1.204	-
Bradesco	Financ. BNDES	31.048	-	(33.011)	1.963	-
Santander	Financ. BNDES	15.824	-	(16.611)	787	-
	Subtotal	<u>208.730</u>	<u>170.000</u>	<u>(197.256)</u>	<u>16.754</u>	<u>198.228</u>
Bradesco	Saldo devedor	18	-	(18)	-	-
Santander	Saldo devedor	40	-	(40)	-	-
	Subtotal	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total geral		<u>208.788</u>	<u>170.000</u>	<u>(197.314)</u>	<u>16.754</u>	<u>198.228</u>

Instituição	Modalidade	2019	Captações	Amortização de principal e juros		2020
				Encargos	2020	
Bradesco	Capital de giro	40.035	-	(17.937)	1.916	24.014
Santander	Capital de giro	9.264	-	(2.675)	451	7.040
Safra	Capital de giro	25.112	-	(9.235)	1.367	17.244
Banco do Brasil	Capital de giro	97.199	32.000	(36.233)	5.558	98.524
Rendimento	Capital de giro	-	15.000	(66)	102	15.036
Bradesco	Financ. BNDES	35.714	-	(8.049)	3.383	31.048
Santander	Financ. BNDES	18.464	-	(4.332)	1.692	15.824
	Subtotal	<u>225.788</u>	<u>47.000</u>	<u>(78.527)</u>	<u>14.469</u>	<u>208.730</u>
Bradesco	Saldo devedor	18	-	-	-	18
Santander	Saldo devedor	40	-	-	-	40
	Subtotal	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>58</u>
Total geral		<u>225.846</u>	<u>47.000</u>	<u>(78.527)</u>	<u>14.469</u>	<u>208.788</u>

14.1. Composição das parcelas de longo prazo

Instituição financeira	2023	2024	2025	2026	Total
Banco do Brasil S.A.	28.417	28.417	26.042	-	82.876
Banco Bradesco S.A.	11.661	11.661	11.661	1.943	36.926
Banco Santander S.A.	6.011	6.011	6.011	5.511	23.544
Banco Safra S.A.	5.369	5.816	5.369	895	17.449
Total	<u>51.458</u>	<u>51.905</u>	<u>49.083</u>	<u>8.349</u>	<u>160.795</u>

14.2. Garantias

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

- (a) Totalidade das mensalidades escolares a receber;
- (b) Recebíveis provenientes do programa de bolsa restituível;
- (c) Contratos de convênio de prestação de serviços;
- (d) Hipoteca do imóvel localizado na Rua Monte Alegre, nº 984 - Perdizes; e
- (e) Bens arrendados próprios (quando aplicável).

14.3. Indicadores financeiros a ser atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

- Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA AJUSTADO seja menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

15. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	2021	2020
Salários a pagar	14.867	14.567
Férias a pagar e encargos a recolher	14.944	14.715
IRRF sobre folha de pagamento	10.864	10.619
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	2.608	2.587
INSS a recolher	1.349	1.332
Outras obrigações com pessoal	486	786
Total	45.118	44.606

16. Tributos parcelados

	2021	2020
FGTS parcelado (a)	17.178	18.397
REFIS federal (b)	105.470	106.368
PPI Municipal (c)	2.497	3.022
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d)	1.461	1.627
REFIS - Lei nº 11.941/2009	241	114
PERT	365	354
Total	127.212	129.882
Circulante	8.152	8.047
Não circulante	119.060	121.835

(a) FGTS parcelado:

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de parcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2021, restavam 64 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Pagamento estimado em 2022	3.221	3.199
Pagamento estimado em 2023	3.221	3.199
Pagamento estimado em 2024	3.221	3.199
Pagamento estimado em 2025	3.221	3.200
Pagamento estimado em 2026	3.221	3.200
Pagamento estimado após 2026	1.073	2.400
Total	17.178	18.397

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

(b) REFIS:

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos inclusos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266.

Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$1.036.

Assim, a partir de julho de 2015, estabeleceu-se que o critério para cálculo das parcelas deverá seguir a sistemática proposta pela Receita Federal, da seguinte forma: saldo devedor constante do Extrato atualizado da Conta do REFIS no respectivo mês dividido pelo número de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.

A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2021	2020
Pagamento estimado em 2022	3.760	3.647
Pagamento estimado em 2023	3.760	3.647
Pagamento estimado em 2024	3.761	3.647
Pagamento estimado em 2025	3.761	3.647
Pagamento estimado em 2026	3.761	3.647
Pagamento estimado após 2026	86.667	88.133
Total	105.470	106.368

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

(c) PPI Municipal:

A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). Em 31 de dezembro de 2021, restavam 47 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Pagamento estimado em 2022	638	615
Pagamento estimado em 2023	638	615
Pagamento estimado em 2024	638	615
Pagamento estimado em 2025	583	1.177
Total	2.497	3.022

(d) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001:

A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2021, restavam 71 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2021	2020
Pagamento estimado em 2022	247	235
Pagamento estimado em 2023	247	235
Pagamento estimado em 2024	247	235
Pagamento estimado em 2025	247	235
Pagamento estimado após 2025	473	687
Total	1.461	1.627

17. Mensalidades antecipadas

	2021	2020
Mensalidades antecipadas	16.004	13.794
Outras receitas antecipadas	1.739	730
Total	17.743	14.524

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

18. Processos judiciais a pagar

	2021	2020
Acordo judicial - diferenças salariais (*)	12.503	15.197
Outros acordos judiciais	2.732	1.977
Total	15.235	17.174

Classificado como:

Circulante	6.579	5.553
Não circulante	8.656	11.621

(*) Esses valores se referem ao acordo celebrado pela Fundação com o SINPRO-SP, em abril de 2015. A Fundação celebrou esse acordo judicial na Reclamação Trabalhista nº 00009253420105020076 cujo objeto era diferenças salariais, devidas pela não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2021, restavam 39 parcelas a serem pagas pela Fundação.

18.1. Movimentação

	2020	Adições	Pagamentos	2021
Acordo judicial	15.197	1.063	(3.757)	12.503
Outros acordos judiciais	1.977	7.793	(7.038)	2.732
Total	17.174	8.856	(10.795)	15.235



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

19. Outras contas a pagar

	2021	2020
Aluguéis antecipados (a)	4.720	-
Recursos de projetos em execução (b)	1.016	703
Mensalidades a restituir	354	1.035
Valores a repassar	691	985
Contratos de permuta	65	-
Outros valores a pagar	1.356	1.407
Total	8.202	4.130
Classificado como:		
Circulante	3.482	4.130
Não circulante	4.720	-
(a) Recursos recebidos de forma antecipadas, referente locação de espaço físico locados aos Bancos Bradesco e Santander, período de 2023 a 2026.		
(b) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.		

20. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Descrição	2021		2020	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Cíveis	1.303	(83)	1.220	1.208
Trabalhistas	12.446	(3.413)	9.033	4.126
Total	13.749	(3.496)	10.253	5.334

20.1. Movimentação

	2020	Adições	Reversões	Baixa	2021
Cíveis	1.466	434	(597)	-	1.303
Trabalhistas	15.845	5.595	(5.699)	(3.295)	12.446
Subtotal	17.311	6.029	(6.296)	(3.295)	13.749
Depósitos judiciais	(11.977)	(45)	649	7.877	(3.496)
Total	5.334	5.984	(5.647)	4.582	10.253

Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação era parte em 267 processos judiciais em andamento, na condição de ré, sendo: 134 ações cíveis, 128 ações trabalhistas e 5 de natureza tributária/fiscal.

20.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$12.446 (R\$15.845 em 2020). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$3.413 (R\$11.719 em 2020).

As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 128 processos trabalhistas (134 em 2020) mencionados anteriormente, 36 (42 em 2020) deles foram considerados como de risco de perda provável e 34 como possível (34 em 2020), conforme demonstrados a seguir:

Risco de perda	2021		2020	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	36	12.446	42	15.845
Possível	34	6.799	34	6.525
Total	70	19.245	76	22.370

20.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$1.303 (R\$1.496 em 2020). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$83 (R\$258 em 2020).

As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos.

Da composição de 134 ações cíveis mencionadas anteriormente, 35 delas foram consideradas como de risco de perda provável (36 em 2020) e 87 como possível (107 em 2020), conforme demonstradas a seguir:

Risco de perda	2021		2020	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Provável	35	1.303	36	1.496
Possível	87	11.442	107	12.568
Total	122	12.745	143	14.064

21. Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) Patrimônio social:

O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação, complementados pelos superávits e déficits acumulados.

b) Ajuste de avaliação patrimonial:

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo.

Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para patrimônio social, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

22. Receita operacional líquida

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares.

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	2021	2020
Receita da unidade educacional		
Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação	413.603	406.808
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	119.691	122.123
Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>lato sensu</i>	24.209	27.219
Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão	6.795	6.962
Mensalidades, taxas e inscrições - Deric	3.048	3.127
Outras receitas	14.926	13.028
	582.272	579.267
Deduções da receita educacional		
Bolsas de estudo filantrópicas	(66.869)	(64.076)
Bolsas de estudo assistenciais	(61.391)	(64.337)
Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades	(65)	(384)
	(128.325)	(128.797)
	453.947	450.470
Receita operacional líquida - Unidade educacional		
Assistência médico-hospitalar		
SUS	33.902	31.142
Convênios	10.569	9.766
Particular - PF	6.791	4.733
Subsídio público	5.294	5.294
Outros	2.252	2.751
Receita operacional líquida - Unidade hospitalar	58.808	53.686
Receita operacional líquida - Total	512.755	504.156

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço.	Vide Nota Explicativanº 3.c (a)

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	
Prestação de serviços médico-hospitalar	O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades.
	Vide Nota Explicativanº 3.c (c)

Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

23. Custos diretos educacionais e hospitalares

	2021	2020
Unidade educacional:		
Custos educacionais - Graduação e pós-graduação	(223.224)	(217.363)
Custos com cursos extracurriculares	(6.433)	(6.690)
Outros custos	(192)	(217)
	(229.849)	(224.270)
Unidade hospitalar:		
Custos - Materiais hospitalares	(18.193)	(15.118)
Custos com serviços hospitalares	(21.401)	(19.449)
	(39.594)	(34.567)
Total	(269.443)	(258.837)

24. Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários e ordenados	(89.159)	(83.316)
Férias e 13º salário	(17.182)	(15.955)
FGTS	(8.044)	(7.839)
Assistência médica	(7.314)	(7.057)
Aviso prévio e indenizações	(1.800)	(5.424)
Outras despesas com pessoal	(4.826)	(5.084)
Total	(128.325)	(124.675)

25. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	(6.253)	(5.943)
Materiais (a)	(5.766)	(4.068)
Aluguéis (b)	(2.842)	(1.847)
Expediente e gerais	(2.057)	(1.875)
Impostos e taxas	(625)	(872)
Outras despesas	(3.964)	(3.469)
Total	(21.507)	(18.074)

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis.

26. Despesas com serviços de terceiros

	2021	2020
Segurança e limpeza	(16.960)	(15.731)
Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa	(6.400)	(5.306)
Publicidade e propaganda	(3.245)	(2.777)
Manutenção e reparos	(5.640)	(5.218)
Serviços administrativos	(768)	(1.185)
Autônomos contratados e estagiários	(407)	(527)
Outras despesas com serviços	(1.616)	(1.370)
Total	(35.036)	(32.114)

27. Outras receitas e outras despesas

	2021	2020
Outras receitas:		
Desvalorização de ativo	2.168	296
Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 12)	5.391	3.803
Valoração de trabalhos voluntários	19	-
Outras receitas operacionais	411	167
	7.989	4.266
Outras despesas:		
Inexigibilidade	(119)	(236)
Anistia de débito	(4)	(521)
Remensuração arrendamento	26	(408)
Valoração de trabalhos voluntários	(19)	-
Outras despesas operacionais	(6.751)	(1.631)
	(6.867)	(2.796)
	1.122	1.470

28. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas	9.334	6.396
Receitas com aplicações financeiras	4.820	2.404
Receitas financeiras de ensino e hospitalares	180	174
Outras receitas financeiras	712	320
	15.046	9.294

Despesas financeiras:		
Despesas com cobranças bancárias	(850)	(1.192)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.754)	(14.469)
Encargos sobre tributos e parcelamentos	(3.480)	(2.987)
Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades	(18.526)	(18.311)
Despesa com arrendamento mercantil	(1.979)	(1.434)
Outras despesas bancárias	(1.392)	(930)
	(42.981)	(39.323)

Resultado financeiro líquido

(27.935) **(30.029)**

29. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros:

Visão geral:

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) *Risco de crédito:*

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição a risco de crédito:

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

	Nota Explicativa nº	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	93.967	90.458
Aplicações financeiras vinculadas	4	4.915	7.057
Contas a receber de alunos e hospital-Circulante	5	28.746	32.431
Contas a receber de alunos e hospital-não Circulante	5	813	1.070
Bolsas restituíveis/FIES - Circulante	6	4.337	3.489
Total		132.778	134.505

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

• Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação possuía provisão de R\$56.172 sobre as contas a receber de alunos (78,92% do total), R\$6.993 sobre os créditos hospitalares (32,45% do total) e R\$18.391 sobre as bolsas restituíveis (80,92%) para fazer face ao risco de crédito.

b) *Risco de liquidez:*

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Passivos financeiros não derivativos	2021					
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	198.228	15.180	22.253	51.458	109.337	-
Fornecedores	13.135	13.135	-	-	-	-
Total	211.363	28.315	22.253	51.458	109.337	-

c) *Risco de taxa de juros:*

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

Instrumentos de taxa variável	2021	2020
Ativos financeiros:		
Aplicações financeiras	93.967	90.458
Aplicações financeiras vinculadas	4.915	7.057
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	(198.228)	(208.788)
Total	(99.346)	(111.273)

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2021, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$99.346.

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2021, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 11,48%, cenário provável para o ano de 2022, mediante a taxa efetiva de 4,37% verificada no ano de 2021.

	Cenário I - Cenário II -	
	Cenário provável	Cenário Deterioração de 25% de 50%
Taxa efetiva anual do CDI de 2021	4,37%	4,37%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	99.346	99.346
Taxa anual estimada do CDI	11,48%	14,35%
Efeito no instrumento financeiro:		
Diminuição/aumento	7.064	9.915
		12.766

d) *Estimativa do valor justo:*

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e) *Estimativa do valor justo:*

e.1) Valor justo versus valor contábil:

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação estejam próximos aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021	Valor contábil			
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	93.967	-	-	93.967
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	4.915	-	-	4.915
Contas a receber de alunos e hospital	-	29.559	-	29.559
Bolsas restituíveis/FIES	-	4.337	-	4.337
Certificado de potencial construtivo a receber	-	5.695	-	5.695
Outras ativos	-	14.054	-	14.054
	98.882	53.645	-	152.527
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	198.228	-	198.228
Fornecedores	-	13.135	-	13.135
Tributos parcelados	-	126.746	-	126.746
	-	338.109	-	338.109

Em 31 de dezembro de 2020	Valor justo por meio do resultado		Valor contábil	
	Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	90.458	-	-	90.458
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	7.057	-	-	7.057
Contas a receber de alunos e hospital	-	33.501	-	33.501
Bolsas restituíveis/FIES	-	3.489	-	3.489
Certificado de potencial construtivo a receber	-	5.695	-	5.695
Outras ativos	-	9.788	-	9.788
	97.515	52.473	-	149.988
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo				
Empréstimos e financiamentos	-	208.788	-	208.788
Fornecedores	-	14.881	-	14.881
Tributos parcelados	-	129.882	-	129.882
	-	353.551	-	353.551

e.2) Hierarquia do valor justo:

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo.

Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (*inputs*) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

30. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$370.650 para cobertura dos edifícios, R\$165.350 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$118.850 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

31. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei nº 12.101/2009.

Destaca-se que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a lei previa a aplicação de, pelo menos, 15% de sua receita educacional efetivamente recebida em bolsas de estudo, sendo complementados por atividades de assistência social. A partir do ano de 2016, a legislação passou a prever a necessidade de concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, e, para fins da certificação a que se refere a lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico: a bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Nos termos da redação original do artigo 13 da Lei nº 12.101/2009, a Fundação deve aplicar anualmente em gratuidade, na forma do seu parágrafo primeiro, pelo menos 20% (vinte por cento) da receita anual efetivamente recebida com mensalidades, nos termos da Lei nº 9.870/1999. Apesar da publicação da Lei nº 12.868/2013, substituindo o critério do percentual de gratuidade pela proporção de bolsas de estudo concedidas, os requerimentos de concessão ou renovação do CEBAS, protocolados até 31 de dezembro de 2015, poderiam ser avaliados de acordo com o critério original, previsto no artigo 16 da Lei nº 12.868/2013.

Visando a cumprir a gratuidade exigida pela Lei nº 12.101/2009, no ano de 2020, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), conforme evidenciado no quadro 1.

- Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013:

Ano-base de 2021	Junho/2021	Dezembro/2021
Número de alunos matriculados	12.133	11.175
Número de alunos pagantes	8.828	8.456
Número de alunos bolsistas graduação - PROUNI 50%	18	16
Número de alunos bolsistas graduação - PROUNI 100%	1.425	1.322
Número de alunos bolsistas graduação - FUNDASP 50%	89	94
Número de alunos bolsistas graduação - FUNDASP 100%	401	426
Número de alunos bolsistas graduação - MÉRITO ACADÊMICO 100%	1	1
Número de alunos bolsistas pós-graduação - FUNDASP 50%	-	12
Número de alunos bolsistas pós-graduação - FUNDASP 100%	45	56
Número de alunos bolsistas DERDIC 100%	77	73
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.949	1.878
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	54	61
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	2.003	1.939
Relação com alunos pagantes	22,69%	22,93%

Em dezembro de 2021, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 4,4 alunos pagantes.

- Quadro 2 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013:

Ano-base de 2020	Junho/2020	Dezembro/2020
Número de alunos matriculados	11.778	11.148
Número de alunos pagantes	8.209	8.475
Número de alunos bolsistas PROUNI 50%	23	19
Número de alunos bolsistas PROUNI 100%	1.412	1.365
Número de alunos bolsistas FUNDASP 50%	33	37
Número de alunos bolsistas FUNDASP 100%	323	436
Bolsas integrais "100%" concedidas	1.735	1.801
Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%"	28	28
Total de alunos bolsistas "filantrópicos"	1.763	1.829
Relação com alunos pagantes	21,48%	21,58%

Segue quadro contendo o cálculo do valor efetivamente recebido:

- Quadro 3 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido:

	2021	2020
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo	16.740	17.687
Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo	1.070	444
Receitas de mensalidades - Graduação	413.602	406.808
Receitas de mensalidades - Pós-graduação	119.692	122.123
Receitas de mensalidades - Derdic	3.048	3.127
Receitas de mensalidades - Educação continuada	31.003	34.181
Bolsas de estudos concedidas	(128.260)	(128.413)
Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação	(13.331)	(15.420)
Abatimentos sobre mensalidades	(3.528)	(2.042)
Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo	14.189	16.740
Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo	813	1.070
Valor efetivamente recebido	425.034	420.685

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma está demonstrada no quadro abaixo:

- Quadro 4 - Isenção usufruída:

	2021	2020
Valor total da isenção usufruída	77.216	76.625
Cota patronal	60.858	60.393
SAT - seguro acidente de trabalho	2.974	2.951
Terceiros	13.384	13.281
COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social	-	-
CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido	-	-

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2021, apesar de a atual legislação não mais prever a possibilidade de sua utilização para a complementação do cálculo dos 20%.

Desta forma, a Fundação continua adotando todas as medidas necessárias para o cumprimento da proporção de bolsas de estudos concedidas aos seus alunos.

No que tange às atividades de saúde desempenhadas no HSL, mantido pela Fundação e em se tratando do regimento que envolve o CEBAS, os atendimentos são feitos no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-se cumprimento de, no mínimo, 60% dos serviços SUS.

Em 2021 temos a informar que, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados nos sistemas de informação base do Ministério da Saúde, garantimos o cumprimento de 92,7% de serviços SUS prestados, sendo 81,2% correspondentes à produção hospitalar (paciente-dia), 83,16% à produção ambulatorial (pontuando 10%) e 1,5% referente à ação prioritária definida pelo Ministério da Saúde (atenção obstétrica e neonatal), conforme previsto na Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 e na Portaria do Ministério da Saúde nº 834/2016.

Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

A Fundação obteve no ano de 2020, o deferimento de dois processos que estavam sob análise da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES do Ministério da Educação, cujos Certificados (CEBAS), de 2013 a 2018, foram publicados no DOU de 12/11/2020, por meio das Portarias nº 450 e 451. Além disso, a Fundação possui certidão da SERES/MEC, atestando que possui o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo 23000.040637/2018-71, o qual encontra-se em análise. Além disso, foi protocolado, no ano de 2021, o processo 23000.034002/2021-31, também sob análise da SERES/MEC.

32. Conciliação do fluxo de caixa

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	2021	2020
Superávit do exercício	6.616	17.876
Depreciação e amortização	11.008	11.557
Provisão para créditos liquidação duvidosa	3.260	9.418
Provisão para contingências	8.589	1.521
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	16.753	14.469
Juros recebidos	(5.712)	(2.898)
Resultado na venda de ativos imobilizados	(20)	(65)
Superávit do exercício ajustado	40.494	51.878
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de alunos e hospital	3.685	6.399
Estoques	(470)	(985)
Outros créditos	(15.937)	(18.649)
	(12.722)	(13.235)
Fornecedores	(1.746)	237
Tributos a recolher e parcelados	(2.670)	(5.039)
Outras contas a pagar	(8.206)	(22.629)
	(12.622)	(27.431)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	15.150	11.212

Secretaria Executiva

José Rodolpho Perazzolo
 Secretário-executivo da Fundação São Paulo
João Júlio Farias Júnior
 Secretário-executivo da Fundação São Paulo

Contabilidade e Controladoria

Edivaldo Batista da Silva
 Contador - CRC-15P212622/O-2
José Olímpio Cardoso Neto
 Controller - CRC-15P181828/O-5



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Conselheiros e Secretários Executivos da

Fundação São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de maio de 2022



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Wallace Weberling Pereira
Contador - CRC-1SP230870/O-9



BALANÇO SOCIAL

1 - Identificação

Nome da instituição: FUNDAÇÃO SÃO PAULO Mantenedora da PUC-SP e Centro Universitário Assunção	Possui registro no: <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input checked="" type="checkbox"/> MEC <input checked="" type="checkbox"/> COMAS <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO PÚBLICO	Isenta da cota patronal do INSS? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade Sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal	Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	Tipo/categoria: Educação	

2 - Origem dos recursos	2021	
	Valor (reais)	
Receitas Totais	R\$ 530.140.003,82	100%
a. Recursos governamentais (subvenções)	R\$ 3.540.890,15	0,67%
b. Doações de pessoas jurídicas	R\$ 181.918,82	0,03%
c. Doações de pessoas físicas	–	0,00%
d. Contribuições	–	0,00%
e. Patrocínios	R\$ 10.603,80	0,00%
f. Cooperação internacional	–	0,00%
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	R\$ 497.218.254,19	93,79%
h. Outras receitas	R\$ 29.188.336,86	5,51%

3 - Aplicação dos recursos	2021	
	Valor (reais)	
Despesas Totais	R\$ 523.523.760,64	100%
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5	–	0,00%
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	R\$ 357.981.202,74	68,38%
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	R\$ 165.542.557,90	31,62%
Operacionais	R\$ 119.877.214,29	22,90%
Impostos e taxas	R\$ 624.543,05	0,12%
Financeiras	R\$ 39.517.699,32	7,55%
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	R\$ 5.523.101,24	1,05%

4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2021	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Alimentação	R\$ 422.455,54	0,08%
b. Educação	R\$ 13.513.618,65	2,55%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	R\$ 124.947,84	0,02%
d. Creche ou auxílio-creche	R\$ 1.972.398,92	0,37%
e. Saúde	R\$ 8.200.239,98	1,55%
f. Segurança e medicina no trabalho	R\$ 1.389.861,34	0,26%
g. Transporte	R\$ 363.028,18	0,07%
h. Estágios	R\$ 406.576,94	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	R\$ 26.393.127,39	4,98%

5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10)	2021	
	Valor (reais)	% sobre receita
a. Projetos de integração e inclusão social	R\$ 64.099,81	0,01%
	Nº atendimentos: 835	
b. Assistência jurídica	R\$ 3.115.506,54	0,59%
	Nº atendimentos: 13.377	
c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias	R\$ 13.527.088,77	2,55%
	Nº atendimentos: 13.863	
d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação e bolsa cesta básica	R\$ 1.348.219,46	0,25%
	Nº atendimentos: 19.754	
e. Política de Permanência Universitária - Programa de empréstimo de computadores	R\$ 804.250,50	0,15%
	Nº atendimentos: 240	
f. Política de Permanência Universitária - Concessão de Pacote de dados para acesso à internet	R\$ 48.154,81	0,01%
	Nº atendimentos: 194	
g. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Assistência Judiciária)	R\$ 154.752,00	0,03%
	Nº atendimentos: 1.180	
Valores totais	R\$ 19.062.071,89	3,60%



BALANÇO SOCIAL

6 - Outros indicadores	2021		7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2021
	Nº Alunos	Valores (reais)		
Nº total de alunos(as)	19.022		Nº total de empregados(as) ao final do período	2.938
Bolsas integrais			Nº de admissões durante o período	186
PROUNI	1.507	R\$ 46.189.140,48	Nº de prestadores(as) de serviço	560
Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Graduação	459	R\$ 13.827.645,88	% de empregados(as) acima de 45 anos	64%
Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Pós-Graduação	59	R\$ 1.922.010,00	Nº de mulheres que trabalham na instituição	1.660
Mérito Acadêmico e Filantrópica	1	R\$ 48.932,10	% de cargos de chefia ocupados por mulheres	55%
Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - DERDIC	80	R\$ 3.047.875,00	Idade média das mulheres em cargos de chefia	54
Acordo Interno - Graduação	290	R\$ 8.534.520,26	Idade média dos homens em cargos de chefia	51
Acordo Interno - Pós-Graduação	125	R\$ 4.427.633,12	Nº de negros(as) que trabalham na instituição	92
Acordo Interno - Educação Continuada	41	R\$ 442.528,61	% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1%
Ser PUC	3	R\$ 62.740,83	Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	53
Bolsa Arq. Graduação	5	R\$ 90.483,77	Nº de pardos(as) que trabalham na instituição	230
Bolsa Arq. Pós-Graduação	4	R\$ 95.130,00	% de cargos de chefia ocupados por pardos(as)	8%
Bolsa Arq. Educação Continuada	1	R\$ 4.683,33	Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia	50
Bolsa Estágio no Exterior - Pós-Graduação	2	R\$ 19.250,00	Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição	28
Mérito Acadêmico - Graduação	6	R\$ 393.960,00	% de cargos de chefia ocupados por amarelos(as)	1%
Bolsa RI San Tiago Dantas - Pós-Graduação	25	R\$ 1.071.417,74	Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia	49
Bolsa Treinamento - Educação Continuada	24	R\$ 69.802,16	Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	2.580
Bolsa Treinamento - Pós-Graduação	1	R\$ 31.800,00	Nº de indígenas que trabalham na instituição	3
Bolsa - Colégio São Domingo	1	R\$ 28.800,00	Nº de estagiários(as)	64
Bolsa Convenção Coletiva - Graduação	10	R\$ 94.792,69	Nº de pessoas com deficiência	145
Bolsa Contra Partida - Educação Continuada	53	R\$ 161.226,15	8 - Qualificação do corpo funcional	2021
Bolsa Diretoria	4	R\$ 34.878,36	Nº total de docentes	1.343
Bolsa Arquidiocese - Graduação	31	R\$ 279.202,66	Nº de livre-docentes(as)	79
Bolsa UNIFAI - Fundação	3	R\$ 18.908,95	Nº de doutores(as)	904
Nº de alunos(as) com bolsas integrais	2.735		Nº de mestres(as)	281
Valor total das bolsas integrais		R\$ 80.897.362,09	Nº de especializados(as)	59
	Nº Alunos	Valores	Nº de graduados(as)	20
Bolsas Parciais			Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	1.551
Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Graduação	109	R\$ 1.649.982,54	Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	249
Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Pós-Graduação	12	R\$ 120.810,00	Nº de graduados(as)	498
Acordo Interno - Graduação	2	R\$ 16.344,02	Nº de pessoas com ensino médio	688
Acordo Interno - Pós-Graduação	1	R\$ 9.240,00	Nº de pessoas com ensino fundamental	43
Acordo Interno - Educação Continuada	3	R\$ 8.388,92	Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	73
Bolsa Arq. Graduação	12	R\$ 263.812,61	Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERDIC	44
Bolsa Arq. Pós-Graduação	1	R\$ 19.320,00	Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	18
Mérito Acadêmico - Graduação	35	R\$ 478.105,68	Nº de graduados(as)	26
Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Doutorado	22	R\$ 570.850,00		
Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Mestrado	44	R\$ 996.016,00		
CAPES	1.251	R\$ 23.487.100,73		
CNPq	432	R\$ 11.689.193,16		
Bolsa Monitoria	270	R\$ 321.100,00		
PROUNI	19	R\$ 63.070,91		
Nº de alunos(as) com bolsas parciais	2.213			
Valor total das bolsas parciais		R\$ 39.693.334,57		
	Nº Alunos	Valores		
Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa	200			
Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa		R\$ 864.000,00		
Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES	391			
Valor do Financiamento Estudantil - FIES		R\$ 11.234.696,00		



BALANÇO SOCIAL

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

	2021		2021
O processo de admissão de empregados(as) é:	<input type="checkbox"/> % por indicação <input checked="" type="checkbox"/> por seleção/concurso	Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas com deficiência <input checked="" type="checkbox"/> Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a	A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem

10 - Outras Informações (HSL)

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 57.326 atendimentos, 45.630 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.



Fundação São Paulo

Edifício Franco Montoro
Rua João Ramalho, 182
Perdizes - CEP: 05008-000
São Paulo - SP
(11) 3670-3333

fundacaosaopaulo@pucsp.br



PUC-SP



UNIFAI

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO

As Demonstrações Financeiras da Fundação São Paulo foram aprovadas pelo Conselho Superior em 24 de maio de 2022.